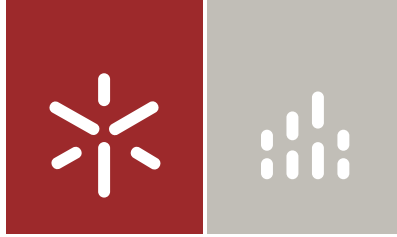


Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura

Fábio Teixeira Gonçalves

Reutilizar o sistema corporativo do Estado  
Novo: Reabilitação da Casa do Povo de Vieira  
do Minho





Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura

Fábio Teixeira Gonçalves

Reutilizar o sistema corporativo do Estado  
Novo: Reabilitação da Casa do Povo de Vieira  
do Minho

Dissertação de Mestrado  
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao  
Grau de Mestre em Arquitectura  
Ramo de Conhecimento: Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do  
Professor Doutor Elisiário Miranda

janeiro de 2019

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO  
APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO  
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 20 de Março de 2019

Assinatura: Felso Gonçalves







## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Elisiário Miranda pela disponibilidade, pelos conselhos e pela orientação, ao longo de todo este processo.

Agradecimento à Camara Municipal de Vieira do Minho e os seus diversos serviços pela disponibilidade e apoio na obtenção de informação para elaboração da dissertação.

A todos os meus amigos, destacando a Arquiteta Ana Vieira, a Arquiteta Eduarda Rocha e a amiga e companheira ao longo destes anos de curso, Raquel Alves.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha família pela paciência e apoio constante ao longo destes anos.



## RESUMO

Esta dissertação aborda a problemática da intervenção nas antigas casas do povo. Espalhadas pelo território nacional, compõem um património histórico-cultural construído durante o regime do Estado Novo que perdura até aos dias de hoje. No entanto com o fim do corporativismo inerente ao regime, vários edifícios foram deixados para trás. Um exemplo são as casas do povo, que outrora se consideravam um dos pilares iniciais da organização corporativa dos sistemas económicos impostos pelo Estado.

Assim, apresentam-se os resultados de um projeto que procura devolver a identidade e utilidade a este tipo de edifícios que atualmente se encontram descaracterizados e devolutos. Dada a natureza de característica muito particular a nível arquitetónico, propõe-se um programa que requalifique e devolva o usufruto ao património construído. Para tal, o objeto de estudo é a Casa do Povo de Vieira do Minho, situado na avenida Barjona de Freitas – a avenida mais importante da sede do concelho – que, em tempos, detinha um papel referencial e de grande utilidade para os habitantes. Atualmente já não é um edifício de interesse para a população, uma vez que apenas é utilizado em último recurso e de forma temporária. Com este projeto, pretende-se sensibilizar para a urgência de reabilitação desta tipologia edificatória. O programa proposto prevê a continuação das instalações da academia de música Valentim Moreira de Sá e acrescenta uma sala de espetáculos de modo a que este possa ser utilizado não só pela academia, mas também para por toda a comunidade.

Palavras-chaves:

Reabilitação | Casas do povo | Memória coletiva | Escola de música



## ABSTRACT

This dissertation addresses the problem of intervention in old House of People (Casas do Povo). These buildings are spread all over the national territory and they are historical-cultural heritage of the state regime. However, with the end of the this regime, several buildings were left behind. One example is the Houses of the People, which in the past were considered one of the initial pillars of the economic systems imposed by the state.

Thus, the aim of the project is to restore the identity and utility of these type of buildings that are actually featureless and redevelopment. Given the nature of a very particular feature of the architectural level, it is proposed a program that requalifies and returns the value and usability of this type of building. To this end, the object of study is the House of People of Vieira do Minho, located on Avenida Barjona de Freitas - the most important street of county. In the past, this building had a referential and useful role for the inhabitants. Today, it is not a building with interest to the population, since it is used on a temporary basis. With this project, it is intended to sensitise for an urgent rehabilitation of this building typology. This facility is actually used by the Music Academy Valentim Moreira de Sá. The select program predicts its continuation and added a showroom which can be used only by the academy but also by the community.

Keywords:

Rehabilitation | Houses of the People | Collective Memory | Music School





# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	15
<b>Capítulo 01   Enquadramento</b>	
1. Arquitetura propagandística do Estado Novo	21
2. Casas do povo	24
2.1. A origem das casas do povo	25
2.2. Organização territorial	29
2.3. Projetos tipos	31
2.4. Mensários das casas do povo	37
2.5. Estado atual das casas do povo	39
<b>Capítulo 02   Diagnóstico</b>	
1. Caso de estudo   Enquadramento	44
1.1. Vila de Vieira do Minho	45
1.2. Casa do Povo de Vieira do Minho	45
1.2.1. Programas antes e após o 25 de abril de 1974	45
1.2.2. O edifício	47
2. Levantamento dimensional	54
2.1. Plantas	55
2.2. Cortes	59
2.3. Alçados	61
3. Levantamento fotográfico	
<b>Capítulo 03   Proposta</b>	
1. Conceito	71
2. Metodologia	71
3. Programa	75
4. Intervenção construtiva	83
5. Encerramento de vãos	87
5.1. Exteriores	87
5.2. Interiores	95
<b>Considerações finais</b>	97
<b>Bibliografia</b>	101
<b>Índice de imagens</b>	107



## INTRODUÇÃO

A importância da reabilitação é, nos dias que corre, uma realidade muito presente, tanto a nível social e cultural como a nível ambiental e económico. Esta realidade tem ainda um maior impacto em edifícios que se encontram muito degradados, quase em ruínas, colocando de parte a reabilitação de edifícios cujo o estado não é de degradação total, mas em que os requisitos mínimos não são os indicados, uma vez que não cumprem com a legislação. Para não caírem no esquecimento é necessário encontrar soluções para que os mesmo não se tornem casos extremos.

As casas do povo são uma das mais fortes marcas que o Estado Novo deixou na arquitetura em Portugal, e, atualmente, não existe uma estratégia delineada para o aproveitamento desta rede de edifícios que está espalhada ao longo do país. Inicialmente, foi projetada a construção de uma casa do povo em cada freguesia, o que apontaria para cerca de quatro mil em todo o país em caso de uma completa execução. No entanto, nem todos estes projetos se concretizaram.

Ao longo desta dissertação, será feita uma análise histórica resumida da rede de casas do povo dando especial atenção ao caso de estudo, através de uma observação do seu estado atual e da definição das soluções encontradas tanto a nível programático como construtivo para a sua reativação. O objetivo principal é apresentar uma proposta de reativação e requalificação da antiga casa do povo de Vieira do Minho num edifício de funcionalidades interrelacionadas: uma sala de espetáculos e uma escola de música. A sala de espetáculos tem como objetivo essencial devolver este espaço arquitetónico à população e a escola de música tem como objetivo dar vida quotidiana ao edifício, numa relação simbiótica.

No primeiro Capítulo desta dissertação, intitulado Enquadramento, é feito um enquadramento geral desta tipologia de edifícios e a sua contextualização histórica, dada a sua forte ligação a um regime político. Assim, disserta-se sobre o crescimento das casas do povo, sobre as razões que originaram a sua criação, o seu modo de construção e ainda sobre o seu estado atual. O objetivo deste capítulo é descrever a evolução histórica e identificar as causas para estes edifícios terem caído no esquecimento.

No Capítulo II, Diagnóstico, realiza-se o enquadramento do caso de estudo, analisando a implantação do edifício e as diversas ocupações do mesmo ao longo do tempo. Para além do mais, apresenta-se o levantamento dimensional e fotográfico, assim como se expõe um

diálogo de aproximação aos moradores e informação recolhida no arquivo camarário da Vila.

No Capítulo III, intitulado Proposta, traçam-se as soluções de reabilitação dos problemas diagnosticados. É então apresentado o programa escolhido, o conceito e a metodologia projetual. Esta apresentação vai desde a escala de implantação do edifício até ao pormenor do mapeamento dos vãos. A metodologia desta fase está relacionada com o principal objetivo – a reanimação do espaço – apresentando sempre um projeto arquitetónico fundamentado e a pormenorização das soluções da proposta.





# 01.

## ENQUADRAMENTO

é feito um enquadramento geral desta tipologia de edifícios e a sua contextualização histórica, dada a sua forte ligação a um regime político.

# 1. Arquitetura do Estado Novo



Ilustração 1- Museu de Arte Popular | Estádio Nacional | Padrão dos Descobrimentos.



## 1.1. Arquitetura propagandística do Estado Novo

O Estado Novo deixou marcas do regime na arquitetura do país, nomeadamente em pontes, universidades, estádios, tribunais, casas do povo, grémios e monumentos que guardam a memória desta época. A maior parte deles ainda está presente nos dias de hoje. Este regime servia-se da arquitetura para manifestar o seu poder e ajudar a promover a autoridade do Estado, levando a uma credibilização e tornando-o intemporal. Logo, assistiu-se à construção de inúmeros edifícios públicos, quase sempre com uma aparência monumental.<sup>1</sup>

*“O Estado, pelo seu cariz totalitário, controla todas as manifestações resultantes da atividade humana. A arquitetura, sendo uma arte coletiva, é um instrumento privilegiado e rentável de manipulação ideológica enquanto desenho, pela dimensão, pela durabilidade, pelo uso obrigatório enquanto obra construída. Seja um edifício, uma cidade, um jardim. A arquitetura é um veículo de propaganda por excelência.”<sup>2</sup>*

Alguns desses edifícios ainda hoje têm uma grande importância para o país. Alguns exemplos são o Estádio Nacional, o Padrão dos Descobrimentos e o Museu de Arte Popular. O Estádio Nacional, inaugurado a 10 de Junho de 1944 por Oliveira Salazar, com capacidade para cerca de 37.500 pessoas, foi criado para promover a prática desportiva. Este recinto tem sido palco de inúmeros acontecimentos desportivos, espetáculos musicais e diversos tipos de eventos. O Padrão dos Descobrimentos e o Museu de Arte Popular são dois dos diversos edifícios da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, e que hoje constituem um marco muito importante a nível turístico no país.

Em 1933, a publicação da Constituição Política da República Portuguesa e do Estatuto do Trabalho Nacional, estabeleceram o que é designado pelo sistema corporativo do Estado Novo, em vigor entre 1933 e 1974. Consequentemente, o Estado construiu uma série de redes de instituições, desde o litoral até ao interior do país. A ambição era abranger todas as classes sociais e todas as atividades económicas. Estes edifícios funcionavam como objetos sociais, económicos e culturais, necessários para impor uma força fundamental compulsória à sociedade, tais como os grémios rurais, casas dos pescadores, casas

1 BAPTISTA, Marta Raquel Pinto-Arquitetura como Instrumento na Construção de uma Imagem do Estado Novo, 2008, p.75

2 BESSA, Isabel – Arquitetura e Memória do Estado Novo ao 25 de Abril, 1995, p.136

do povo, sindicatos, entre outros <sup>3</sup>.O Estado, através destes edifícios, ambicionava reproduzir a pirâmide corporativa ideal (ver ilustração 2).<sup>4</sup>

*“Na base da pirâmide ideal, classificados como primários, foram criados organismos com competências económicas e sociais: grémios obrigatórios, grémios facultativos, grémios da lavoura, sindicatos nacionais, casas do povo e casas dos pescadores. Eram os organismos mais numerosos, que, quase sempre, exerciam funções no âmbito da freguesia ou do concelho.”<sup>5</sup>*



Ilustração 2- Pirâmide corporativa idealizada pela Estado Novo.

Muitos dos equipamentos que partiram deste regime político seguiram através de um modelo-oficial como forma de implementar uma aparência única e, por isso, mais facilmente reconhecível como cada tipo de instituição.<sup>6</sup>

3 BESSA, Isabel – Arquitetura e Memória do Estado Novo ao 25 de Abril, 1995, p.136

4 FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estevão, RODRIGUES, Ana Margarida, 2014, p.5

5 FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estevão, RODRIGUES, Ana Margarida, 2016, p.36

6 BESSA, Isabel – Arquitetura e Memória do Estado Novo ao 25 de Abril, 1995, p.136

*“As casas do povo podiam e deviam ser o foco de toda a vida rural. Os senhores da terra, as pessoas abastadas das aldeias de Portugal deviam exercer largamente em relação a elas o seu patronato social, protegê-las, fortalecê-las, animá-las por todos os meios ao seu Alcance.”<sup>7</sup>*  
António de Oliveira Salazar

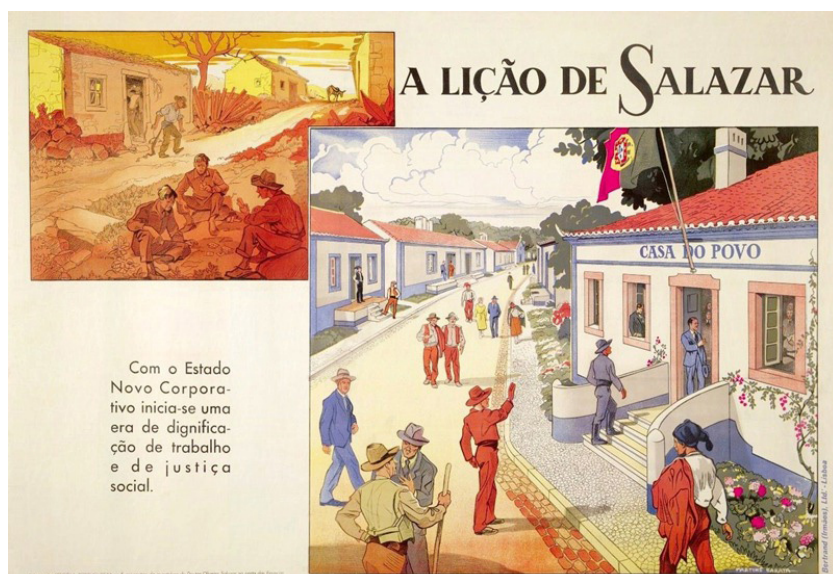


Ilustração 3 - "A lição de Salazar" | Ilustração que retrata a diferença da povoação com e sem a casa do povo.

## 2.1. A origem das Casas do Povo

Em 1933, através do decreto-lei nº23:051, de 23 de Setembro, deu-se a criação das casas do povo, destinadas à implementação dos alicerces da organização corporativa em Portugal com três princípios fundamentais:

- a) Previdência e assistência - Responsável por assegurarem a proteção e auxiliar os sócios em caso de doença, desemprego, inabilidade e velhice;
- b) Instrução- Ensinar os sócios e os filhos, desporto, diversões e cinema educativo;
- c) Progressos locais- Cooperação nas obras publicas, serviço de águas e higiene publica;<sup>8</sup>

“A iniciativa da criação das Casas do povo pode partir dos particulares interessados e de reconhecida idoneidade, das juntas de freguesia ou de qualquer autoridade administrativa a cuja jurisdição esteja submetida a freguesia rural onde se pretende a criação da Casa do Povo.”<sup>9</sup> Com este decreto, passaram a reconhecer-se estas instituições de forma legítima, pois já existiam casas do povo espalhadas pelo país através da iniciativa local.

Este regulamento rege também aquelas que são as competências destas instituições, nomeadamente a criação de pequenas bibliotecas, de escolas ou postos de ensino destinados a educar os sócios e os seus filhos. Além disso, procura desenvolver a cultura física dos seus associados através de desportos e sujeição a uma fiscalização médica. Outras competências são o forte carácter cultural e educacional (utilizando como instrumento principal o cinema, através de “fitas” que contribuíssem para esse propósito e excluindo todas aquelas que fossem opostas aos bons costumes, na ótica governamental). As entradas para estes espetáculos eram, regra geral, pagas, mas a um preço muito reduzido de modo a abranger o maior número possível de pessoas. Os horários destes espetáculos eram escolhidos de forma a que não prejudicassem o normal funcionamento do horário laboral.

Para além do mais, no seguimento das ideias expostas na secção 1.1, estas instituições tiveram que enfrentar a limitação e o controlo do Estado, uma vez que estes organismos não podiam, de maneira nenhuma, “utilizar a sua sede ou os seus meios de ação para qualquer espécie de atividade política ou social contrária aos interesses

<sup>8</sup> MALDONADO, Vanda, 2016, p.105

<sup>9</sup> Decreto-lei nº23:051, 23 de Setembro de 1933

da Nação e à constituição do Estado”<sup>10</sup>.

Em 1938, através do decreto-lei nº28:859, divulga-se a regulamentação do funcionamento das casas do povo. Este decreto acrescenta um objetivo para além daqueles três que foram criados inicialmente, nomeadamente, a “representação de todos os trabalhadores nelas inscritos como sócios efetivos”<sup>11</sup>.

Estes edifícios possuíam um carácter muito corporativista, direcionado para a sociedade e para as suas necessidades. Tinham como finalidade o enquadramento institucional das zonas rurais, especialmente adaptadas aos modos de ser e estar das pessoas do campo. Isto permite refletir sobre o impacto que Salazar queria causar com a criação destes novos edifícios. Contudo, estas casas tinham outro fim: eram veículo de propaganda governamental. As bibliotecas apenas disponibilizavam livros fornecidos por entidades do Estado e os cinemas, como já foi referido, apenas reproduziam “fitas” de acordo com a mentalidade que queriam impor à população.

*“(...) devem utilizar o cinema como instrumento de cultura e de educação popular (...) O filme pode ser um agente desnacionalizador, um meio de propaganda de costumes, sentimentos e ideias contrárias ao nosso ideal de nacionalidade”.*<sup>12</sup>

Com isto pretende-se que a população encare esta atividade como meio cultural e recreativo, de maneira que “não altere a mentalidade popular e não se torne em factor contraproducente”<sup>13</sup>.

No entanto, em consequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, as casas do povo começaram a ser extintas ou transformadas, à semelhança do que aconteceu com outras instituições criadas pela ditadura. Após este acontecimento, o governo estabeleceu a eliminação do sistema corporativo, ocorrendo uma renovação da estrutura administrativa para responder aos objetivos das novas instituições públicas.<sup>14</sup>

As diversas transformações no contexto político e social, levaram a que estas instituições deixassem de ser necessárias, uma vez que as funções para a qual foram inicialmente concebidas já não serviam. Também podemos relacionar este facto com o despovoamento dos centros rurais e com a evolução do modo como as pessoas viam a sua vida profissional.

10 Decreto-Lei nº23:051, 23 de Setembro de 1993

11 Decreto-lei nº28:859, 18 de Julho de 1938

12 Decreto-lei nº23:051, 23 de Setembro de 1933

13 JCCP(Povo), 1945, p. 40-41

14 Decreto-lei nº439:74, 1974, p.1050

Em 1998, através do decreto de lei nº171/98, de 25 de junho, estas instituições são reconhecidas e “integradas num novo regime jurídico em ambiente democrático, atentos à sua já longa tradição, as casas do povo podem desempenhar um papel preponderante enquanto centros dinamizadores das populações, contribuindo, assim, para a melhoria do bem-estar das pessoas”<sup>15</sup>.





## 2.2 Organização Territorial

Estes edifícios, como referido anteriormente, podiam ser requisitados por particulares interessados ou por autoridades administrativas com jurisdição sobre a Freguesia <sup>16</sup>. Além disso, também não era autorizada a construção de mais de uma casa do povo por freguesia <sup>11</sup>. O plano governamental apontava para a completa execução da construção destes edifícios, que rondaria as quatro mil em todo o país; no entanto, a realidade ficou aquém do desejado.

*“(...) consoante adaptações, restrições ou extensões (...) aconselhando a agrupar freguesias limítrofes ou a permitir a constituição dos organismos em localidades que não sejam sedes de freguesias rurais.”<sup>17</sup>*

No seguimento desta norma apresentada em 1945, o Estado dispensou a criação de uma casa do povo nas freguesias de menor dimensão e/ou população, referindo que a mesma casa do povo poderia servir eficazmente freguesias vizinhas. Esta medida levou a uma desaceleração no crescimento desta rede e assim, evitou edifícios desnecessários. Apesar desta vontade de diminuir o crescimento da rede de casas do povo, nos meados de 1960, foram criadas casas do povo nas antigas colónias portuguesas, mas em menor número que no território nacional.<sup>18</sup>

No distrito de Braga é evidente uma alta densidade de casas do povo em comparação à escala nacional. Foi neste distrito que o movimento de criação de casas do povo se revelou mais “acelerado e progressivo, já que em 1945 se contabilizam quase uma centena.”<sup>19</sup> Apenas no distrito de Braga existem 107 Casas do povo, muitas delas abandonadas e outras ocupadas provisoriamente.

16 Decreto-lei nº23:051, 23 de Setembro de 1933

17 JCCP (Povo), 1945, p.14

18 MELO, Daniel, 2010, p.106

19 PEREIRA, Natália, 2016, p.104



## 2.3. Projetos tipos

As casas do povo, enquanto equipamento do Estado Novo, foram desenvolvidas segundo um projeto-tipo, da autoria do arquiteto Jorge Segurado <sup>20</sup>.

A necessidade da utilização de projetos-tipo, ou seja, a obrigação da construção segundo modelos oficiais, parte da necessidade de implementar uma imagem única ao serviço do regime e, uma vez que se pretendia a construção de uma rede de numerosos edifícios, era imperioso a redução de custos desta operação.

A intenção de dar um novo rosto aos edifícios governamentais, à semelhança do que aconteceu com outros modelos deste tempo, não foi tão rígida nas casas do povo. Nestas, existiu alguma flexibilidade para a execução do projeto consoante a sua implantação e as necessidades de cada local. Assim sendo, verificou-se a implementação do projeto-modelo em várias sedes, mas também uma grande heterogeneidade arquitetónica em tantas outras. A diversidade arquitetónica decorrerá do pressuposto de se tratar de uma iniciativa local, e não pré-concebida, natureza com a qual converge o facto deste equipamento poder corresponder a diversos programas (educação, saúde, justiça, etc.)<sup>21</sup>

Os desenhos dos projetos tipos apresentam um edifício de um só piso. Este pode variar segundo duas perspetivas, consoante a localização e distribuição. Na perspetiva da localização, as casas do povo localizadas a sul do país têm uma arquitetura mais modernista, com uma cobertura plana, inclusive no alpendre, e uma chaminé muito discreta no alçado. Já os edifícios localizados no norte têm uma arquitetura mais tradicional, com as coberturas inclinadas no telhado, utilizando pilastras, e uma chaminé com realce no alçado. <sup>22</sup> (Ver figuras 4 e 5)

<sup>20</sup> Jorge de Almeida Segurado (15 de Outubro de 1898 – 9 de Novembro de 1990), filho do engenheiro João Emílio Segurado, estudou no Liceu Pedro Nunes. Em 1913, inscreveu-se no curso Preparatório da Escola de Belas-Artes de Lisboa e, em 1924, terminou o curso de Arquitetura. Uma das suas primeiras obras de destaque foi o Liceu Júlio Henriques, em Coimbra (1929-1931). Nos anos 30, realizou também dois dos mais importantes projetos em parceria com António Varela: o Liceu D. Filipa de Lencastre (1932-1940) e o Edifício da Casa da Moeda (1933-1941) in FERNANDES, José, 2012, p.4

<sup>21</sup> JARAMILLO, Jesica, 2012, p.75

<sup>22</sup> JARAMILLO, Jesica, 2012, p.67

*“Convém que todos os edifícios das Casas do Povo - possuindo embora traços comuns nos aspectos dominantes da arquitectura – apresentam características regionais que resultem da harmonia das suas linhas com a paisagem, da escolha dos materiais de construção, do estilo artístico de tradição local.”<sup>23</sup>*

Esta diversidade também é notória pela escolha dos materiais, optando-se quase sempre por pedra da própria região. As imagens dos cunhais também têm expressões distintas entre as duas versões. Para os projetos do Minho, Douro, Trás-os-Montes e Beiras, a solução apresentada é em pedras de granito formando uma dobragem do edifício destacada. Já a sul, contêm uma expressão mais moderna, uma vez que os cunhais já não existiam. Relativamente à caixilharia, estas versões parecem muito semelhantes relativamente ao número de folhas e ao espaçamento dos pinázios. Numa perspetiva distributiva, o projeto tem duas versões distintas. A grande diferença entre as duas versões reside na colocação de um corredor que dá acesso aos diferentes compartimentos do corpo onde se encontram os serviços, enquanto que na versão sem corredor esta transição é efetuada diretamente pelo grande salão.<sup>24</sup>

Este projeto-tipo, apresenta uma planta em forma de T: dois corpos perpendiculares entre si, onde o volume de menor dimensão está destinado à zona de serviços da instituição e o volume de maior dimensão ao grande salão. A zona de menor dimensão é subdividida em pequenos compartimentos destinados à arrecadação, gabinete da direção, gabinete de consultas médicas e casa de banho. O grande salão é um espaço aberto destinado a conferências, espetáculos, sessões de cinema, etc. Este espaço é pensado também para que possa ser subdividido em três repartições com “divisórias móveis” para a realização de outras atividades como leitura ou sala de aula. Este pensamento promove a polivalência do espaço sem um programa específico.<sup>25</sup>

Além disso, é possível verificar uma preferência pela orientação do alçado principal a nascente e na zona norte a existência de um campo de jogos. No alçado principal, situa-se a entrada para ambos os volumes. Existiam ainda mais três saídas no grande salão, uma vez que este previa a capacidade de concentrar um grande número de pessoas.<sup>26</sup>

23 JCCP(Povo), 1945, p.26

24 JARAMILLO, Jesica Maria de Oliveira, OLIVEIRA, Carla Garrido de Oliveira, 2016, p.65-69

25 JARAMILLO, Jesica, 2012, p.75

26 JARAMILLO, Jesica, 2012, p.69

O tema “família” era também de grande importância na construção destes edifícios, uma vez que se encontrava explícito na presença de uma lareira num dos topos do grande salão de modo a dar a sensação de conforto a quem a frequentava.<sup>27</sup>

#### *Expetativa vs. Realidade*

Em edifícios como escolas, correios, liceus, entre outros, foi possível criar uma imagem única que facilita o reconhecimento de cada um deste tipo de edificações. Contudo, esta vontade de homogeneidade não foi totalmente alcançada nas casas do povo, o que nos leva a pensar no motivo para esse facto. Uma das razões para este acontecimento poderá estar relacionada com as fortes críticas a que estes projetos-tipo foram sujeitos. Estas críticas advinham dos mensários das casas do povo, que defendiam sempre que as casas do povo eram do povo, e, por esse motivo, deviam ser o reflexo de cada local e de cada população, privilegiando as iniciativas e vontades da mesma. Outra razão, porventura evidente, era o facto de os projetos-tipo não apresentarem propostas para todos os programas para o qual foram inicialmente criados. Jorge Segurado, ao compor o projeto-tipo, não estabelece uma compartimentação para cada atividade, preferindo antes a polivalência de cada espaço. Podemos relacionar esta polivalência com a heterogeneidade de funções previstas inicialmente, traduzindo bem a multiplicidade de vocações que estas instituições podiam ter: representação profissional, educação e instrução, previdência e assistência. Em consequência desta imensa variedade de programas, poderiam existir diversas combinações espaciais. Nestes modelos oficiais é importante ressaltar que não se verifica a totalidade destas combinações. Assim, o resultado são projetos díspares adotados por cada freguesia, uma vez que cada uma escolhia e adaptava o edifício às necessidades do seu local. Outro fator importante é o facto destes edifícios serem contruídos através da iniciativa local, e não governamental, como é o caso dos equipamentos essenciais na estruturação do país (educação ou saúde, por exemplo), traduzindo-se em alguma liberdade da execução dos projetos-tipos das casas do povo.<sup>28</sup>

27 JARAMILLO, Jesica, 2012, p.75

28 JARAMILLO, Jesica, 2012, p.5

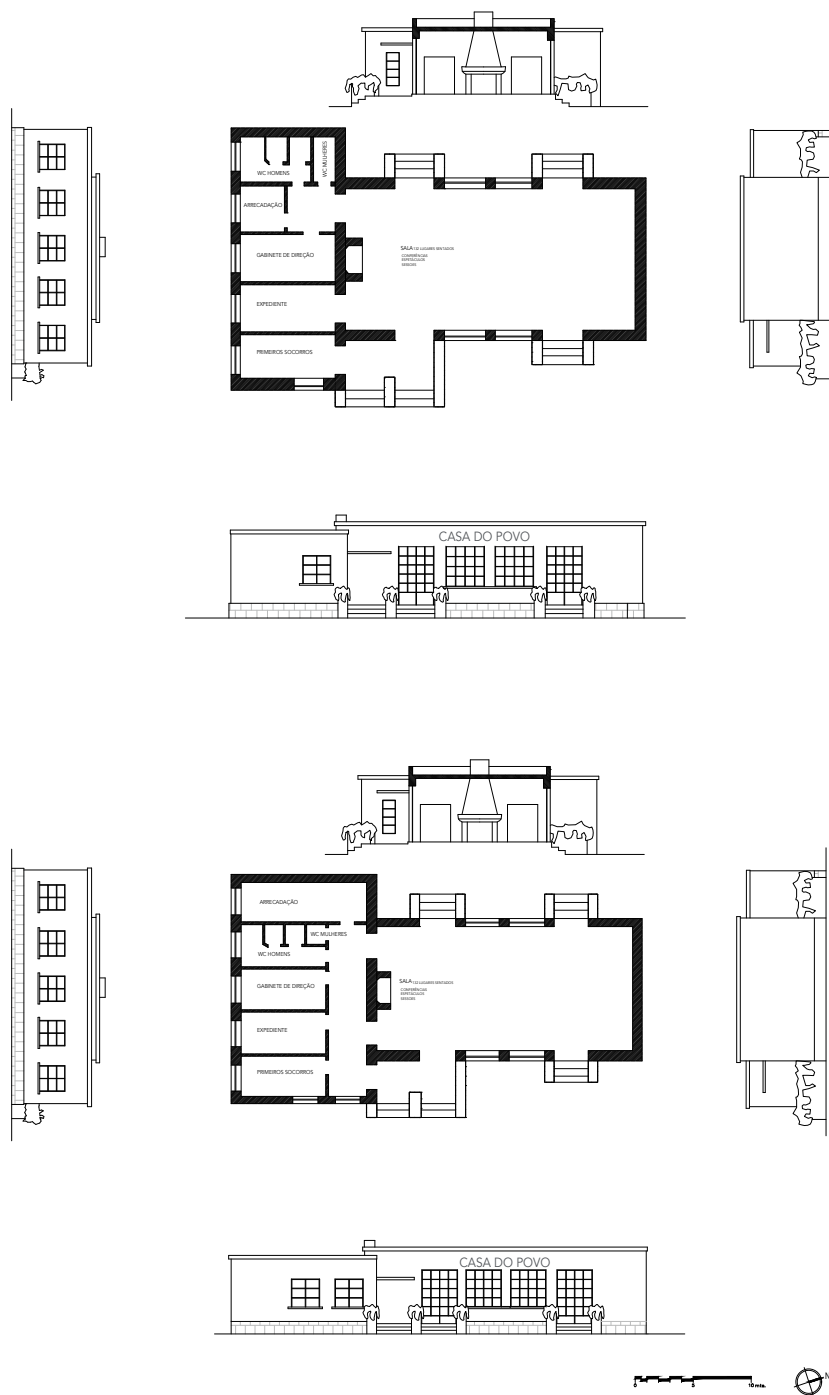


Ilustração 5-Projeto-tipo para a região sul do País.

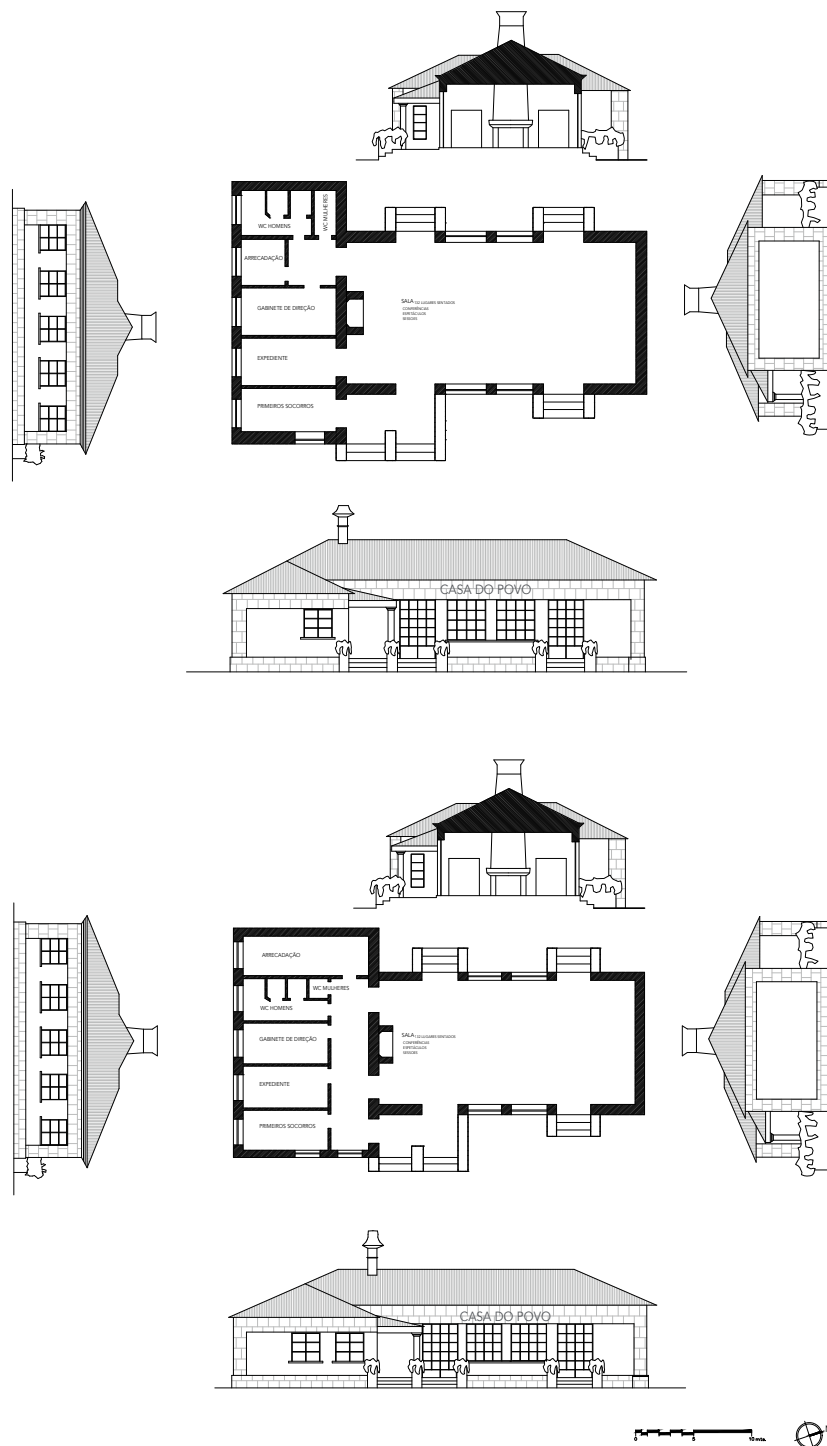


Ilustração 6-Projeto-tipo para a região norte do País.





## 2.4. Mensários das casas do povo

Mensários das casas do povo era um jornal mensal administrado pela Junta Central das casas do povo, com publicações de diversa utilidade para todos, como música, lavoura, decoração (manifestando os cuidados com a apresentação) e arquitetura. Estas revistas acompanhavam de perto as atividades das casas do povo, tendo como público-alvo tanto os dirigentes como a população rural, e serviam como propaganda do Estado Novo. Os mensários aliciavam a sociedade sobretudo com imagens, uma aparência cuidada e com uma escrita simples, de modo a cativar a generalidade da população. A partir da edição de 1948 publicaram uma nova crónica dentro deste jornal, denominada “Quadros de Honra”, que servia para destacar as casas do povo que eram consideradas como modelos de honra, destacando uma por distrito todos os meses. Entre 1948 e 1954 foram destacadas 43 casas do povo.

Um dos comentadores destas revistas era o arquiteto Raul Lino, que assina sete artigos em três rubricas diversas que manifestam cuidados com a apresentação das casas do povo: “Aspectos que falam”, “Que aspectos havemos de dar às Casas do povo?” e “Apontamentos sobre a planta”. Em outubro de 1947, na rubrica “Que aspectos havemos de dar às Casas do povo?”, Raul Lino sugere a utilização de pavimento de “lagedo”, tijoleira ou “sobrado”, tetos de madeira à vista segundo as tradições, mobiliário unicamente de madeira e a utilização de tecidos da indústria local. O arquiteto defende também que o interior deve ser trabalhado unicamente por artesãos locais e diferenciado dependendo das tradições de cada região<sup>29</sup>. Na rubrica “Apontamentos sobre a planta”, tal como o arquiteto Jorge Segurado sugeriu nos projetos-tipo, Raul Lino defende que cada casa do povo tem como importante condicionante a localização geográfica. Cada localidade tem as suas próprias tradições e costumes e é importante que se crie uma diversidade do norte ao sul do país. Segundo ele, não seria coerente construir um edifício semelhante em pontos opostos do país<sup>30</sup>. No entanto, acrescenta, discordando neste ponto com o arquiteto dos projetos-tipo, que as casas do povo, para além da sua localização, são do povo e que estas devem refletir aquilo que eles necessitam e aquilo que eles são, e que, por isso, não devem estar sujeitas a um projeto-tipo.

29  
30

LINO, Raúl, 1947 : Mensário das Casas do povo n.º 18, p. 13.  
LINO, Raúl, 1947 : Mensário das Casas do povo n.º 14, p. 11.



## 2.5. Estado atual das casas do povo

Ao longo deste extenso percurso, estas instituições passaram por diversas transformações de relevo que marcaram um longo historial cultural, mas também por alterações políticas muito marcantes no país. Fruto da Revolução de 25 de Abril de 1974, que levou à queda do regime ditatorial, surgiram profundas alterações no propósito das casas do povo. Após esta marca histórica, muitas destas instituições podiam ter simplesmente encerrado, devido às alterações políticas e a intenção de eliminar o sistema corporativo outrora em vigor. Contudo, alguns destes conseguiram sobreviver às transformações por serem necessário para a população local, mesmo que já não cumprissem as mesmas funções.<sup>31</sup>

Hoje em dia, uma grande parte destes edifícios encontra-se descaracterizada e esquecida, pelo abandono ao longo do tempo. A maioria serve apenas de apoio a instituições que os utilizam durante curtos espaços de tempo, sem lhes dar um carácter próprio, sem que exista uma reformulação espacial do edifício e sem que exista uma articulação da forma do edifício com o programa existente. Muitas dessas entidades são, hoje em dia, autónomas e independentes de qualquer outro organismo, sendo algumas aliadas à Segurança Social, Juntas de Freguesias e outras instituições pertencentes a entidades particulares. Atualmente, as casas do povo são ainda um mecanismo de proximidade, principalmente no meio rural, na vertente cultural (ranchos folclóricos e encontro para festas), assistencial (infantário) e administrativa (associada à junta de freguesia ou à Segurança Social).<sup>32</sup>

Apesar de algumas casas do povo ainda manterem este contacto de proximidade, a maioria apenas o mantém temporariamente, por isso, a maioria destes edifícios nunca sofreram uma reabilitação profunda, apenas superficial, o que leva a que muitos destes edifícios se encontrem devolutos.

Em conclusão, as casas do povo passaram por três períodos distintos: uma altura inicial em que eram utilizados para o uso para o qual foram criados, direcionados para o povo e para o auxílio da vida rural; o segundo período, logo após o 25 de Abril, em que, por carência de edifícios contruídos, foram reaproveitados e inseridos no novo modelo político (embora sempre ligadas a entidades terceiras); e, por fim, o terceiro e atual período, onde estes edifícios estão a ser abandonados e substituídos por edifícios novos construídos de raiz ou

31 JARAMILLO, Jesica, 2012, p.39

32 JARAMILLO, Jesica, 2012, p.41

por edifícios renovados com melhores condições.

As casas do povo ainda hoje ativas, apesar de estarem inseridas num novo contexto político e programático, são de longe inferiormente numéricas às que existiam em 1974. Além disso, localizam-se de forma dispersa, apesar de na zona norte do país se verificar uma maior concentração.<sup>33</sup>





# 02.

## DIAGNÓSTICO

realiza-se o enquadramento do caso de estudo, analisando a implantação do edifício e as diversas ocupações do mesmo ao longo do tempo. Para além do mais, apresenta-se o levantamento dimensional e fotográfico.



Ilustração 7- Casa do Povo de Vieira do Minho | 25 de abril de 1974



Ilustração 8 - Casa do Povo de Vieira do Minho | 25 de abril de 1974



## 1.1. Vila de Vieira do Minho

Vieira do Minho (conhecida frequentemente apenas como Vieira) é uma vila portuguesa, com cerca de 14 700 habitantes, localizada no distrito de Braga, região do norte e sub-região do Ave <sup>34</sup>. Este concelho tem sofrido, como a maior parte do interior, uma redução populacional para o centro urbano, o que acentua a degradação de edifícios patrimoniais que em tempos assumiam um papel importante na sociedade. A preservação do património edificado é de extrema importância a nível cultural e histórico, mas para isso é necessária uma sensibilização e consciencialização da população, assim como uma política capaz de captar investimento para estas regiões ao nível da reabilitação, de modo a que as gerações futuras possam partilhar culturalmente e historicamente das mesmas. Neste momento, nenhuma das cinco casas de povo do concelho se encontra em utilização nem com uso concreto.

## 1.2. Casa do Povo de Vieira do Minho

### 1.2.1. Programas antes e após o 25 de Abril de 1974

Para compreender e estudar uma reabilitação desta tipologia de edifícios recorre-se ao caso de estudo da Casa do Povo de Vieira do Minho, inaugurada a 4 de Dezembro de 1966 pelo Ministro das Corporações, Prof. Gonçalves Proença <sup>35</sup>. Inicialmente, esta casa do povo teve um grande impacto na população, uma vez que foi o primeiro edifício com a finalidade de reunir a população do concelho para confraternização.

A princípio, eram realizadas sessões de cinema, com entrada gratuita, para além das festas comemorativas de Natal. Em 22 de julho de 1968, foi realizado um curso de formação familiar rural, e, em 4 de outubro de 1969, deu-se a inauguração dos trabalhos desse curso e a criação de uma biblioteca, que dependia fundamentalmente dos livros

34  
35

“Freguesias”, <https://www.cm-vminho.pt/13>, [Consultado em 5 de janeiro de 2019].  
ALVES, Maria, 1998, p. 133

enviados por entidades do Estado.<sup>36</sup>

Mais tarde, e após o 25 de Abril, quando este edifício já era independente do sistema, abrigou o jardim de infância da vila. Em 2012, numa notícia publicada aquando da inauguração do novo espaço infantil, o site municipal deu especial ênfase à necessidade de responder às novas exigências.

*“Este novo equipamento vai responder às novas exigências de qualidade do ensino e representa uma oportunidade de acesso a um espaço de dimensão adequado ao sucesso educativo.”<sup>37</sup>*

A Segurança Social também já funcionou neste edifício. Em Maio de 2015, data da sua mudança, o autarca apontou que a principal causa para o abandono deste edifício foi a “falta de condições necessárias para o funcionamento daquele serviço”<sup>38</sup>, admitindo que o edifício precisava de uma intervenção. Desde 28 de setembro de 2016, encontra-se temporariamente ocupado pela Academia de Música Valentim Moreira de Sá – pólo de Vieira do Minho, resultado de uma parceria entre a Sociedade Musical de Guimarães e a Câmara Municipal. Esta parceria e respetiva ocupação dura até aos dias de hoje sem que haja um futuro definido.



Ilustração 9- Time-Line | Programas da Casa do Povo de Vieira do Minho ao longo do tempo.

36 ALVES, Maria, 1998,p. 134

37 Presidente da República Inaugura Centro Escolar Domingos de Abreu”, <https://www.cm-vminho.pt/index.php?oid=10405&op=all>, [Consultado em 5 de janeiro de 2019].

38 COSTA, Teresa, “Município de Vieira do Minho dá espaço à Segurança Social”, <https://correiodominho.pt/noticias/municipio-de-vieira-do-minho-da-espaco-a-seguranca-social/86094>, [Consultado em 5 de janeiro de 2019].

### 1.2.2. Academia de Música Valentim Moreira de Sá | Vieira do Minho

O pólo do conservatório em Vieira do Minho nasceu de uma parceria entre a Câmara Municipal de Vieira do Minho e a Sociedade Musical de Guimarães em 2007. É vista como uma extensão da sua academia, para apoiar culturalmente e pedagogicamente os seus estudantes e a restante população da região do Alto Ave. Neste momento, estão inscritos neste pólo cerca de 150 alunos e 12 professores.

*“O Conservatório de Guimarães (previamente designado por Academia de Música Valentim Moreira de Sá) possui autonomia pedagógica e tem celebrado com o Ministério da Educação um contrato de Patrocínio. É frequentado atualmente por cerca de meio milhar de alunos e meia centena de professores em Guimarães e no Polo de Vieira do Minho.”<sup>39</sup>*

Esta academia oferece a possibilidade de iniciação instrumental a crianças a partir dos 5 anos de idade e de cursos livres de diferentes instrumentos, como guitarra, viola d’arco, trompa, acordeão, tuba, flauta transversal, trompete, saxofone, clarinete, violino e piano.

### 1.2.2. O edifício

O edifício é um símbolo de um período político muito marcante para o país. Para além desse simbolismo, é um testemunho material de vivências dos tempos antigos, tendo sido um dos pioneiros a dar à vila um espaço cultural.

Em relação ao projeto-tipo, elaborado por Jorge Segurado, o edifício da casa do povo de Vieira do Minho está muito distante do mesmo. Apenas podemos encontrar alguns pontos comuns, como, por exemplo, o pódio que delimita o edifício e que o separa do espaço público, a utilização da pedra (a delimitar os vãos exteriores, os pilares no alçado principal e a salientar o pódio anteriormente referido) e as coberturas inclinadas. Também em termos volumétricos se pode encontrar semelhanças – nomeadamente, os dois volumes perpendiculares e a existência de um extenso corredor na sua interseção. Para além destas pequenas semelhanças, a verdade é que este é bastante diferente do projeto-tipo. Uma das justificações é o facto de este edifício ter sido projetado de forma a abrigar diversos programas que não estavam previstos nos projetos-tipos iniciais e o facto do terreno de implantação

39 “Apresentação”, <http://www.smguiaraes.pt/index.php/conservatorio-de-guiaraes/apresentacao>, [Consultado em 5 de janeiro de 2019].

ter uma diferença de cotas muito acentuada.

A Casa do Povo de Vieira do Minho está situada numa zona privilegiada do centro da vila. A entrada faz-se pelo o alçado nordeste, através da Avenida Barjota de Freitas. O edifício implanta-se entre duas ruas, que variam de forma significativa a nível de altitude e que se caracterizam pela diferença de importância que têm. A rua a nordeste é uma das ruas mais movimentadas da vila, ao contrário da rua a sudoeste, que é uma rua sem saída e que serve apenas para os moradores da mesma. Ao nível do piso térreo, a entrada pode ser efetuada de duas maneiras distintas, mas sempre através da rua a nordeste. Uma das opções é a entrada que dá acesso a um corpo de escadas que liga os dois pisos. A segunda opção é um acesso a outras repartições deste piso. Este, com 354 m<sup>2</sup>, ainda se encontra com a mesma disposição do projeto original. De momento, a usufruir temporariamente de alguns dos compartimentos deste piso, está a Junta de Freguesia de Vieira do Minho, uma vez que a sua sede se encontra em obras. Anteriormente, este piso foi utilizado para albergar o jardim de infância e a Segurança Social.

O espaço exterior, com cerca de 390 m<sup>2</sup>, encontra-se a sudoeste do edifício. Apesar da sua grande área, este espaço quase nunca foi aproveitado, exceto quando se encontrava em funcionamento o jardim de infância que o utilizava como espaço de recreio.

O segundo piso, com 435 m<sup>2</sup>, ao contrário do piso inferior, já apresenta algumas diferenças na disposição em relação ao projeto inicial. Em 2016, de modo a conseguir albergar a escola de música, foi necessário compartimentar o antigo salão de festas, uma vez que o número de salas disponíveis era insuficiente.

Apesar destas mudanças a nível programático e funcional, estas alterações nunca tiveram grande impacto – foram apenas intervenções de menor escala, uma vez que o edifício nunca foi pensado para um programa a longo prazo após a revolução do 25 de Abril.

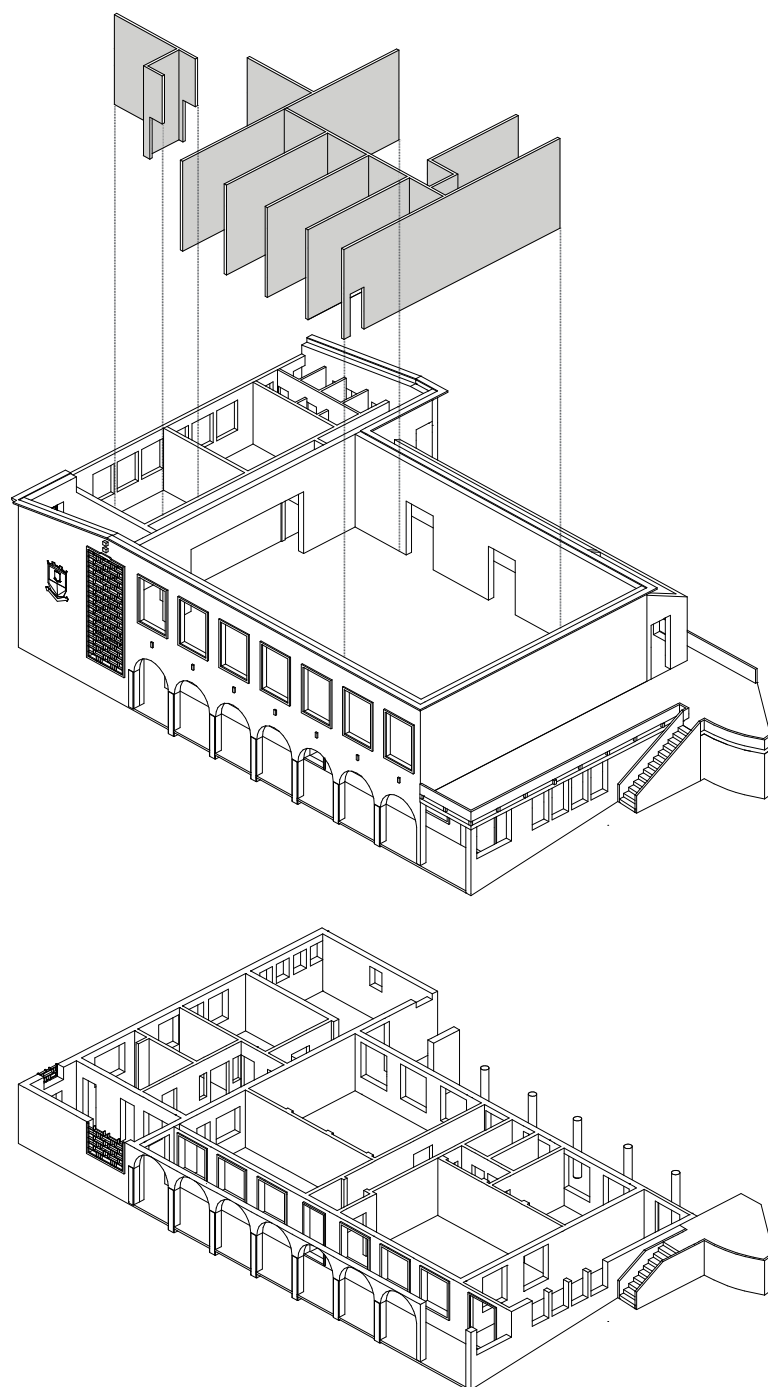
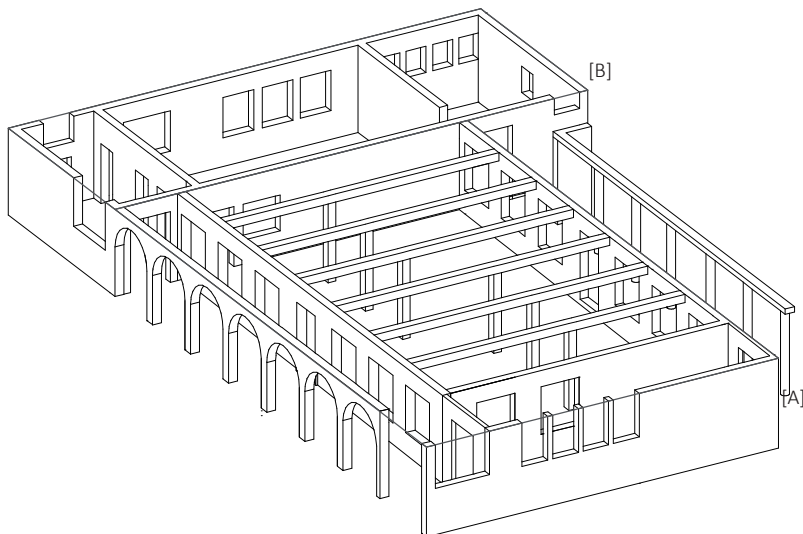
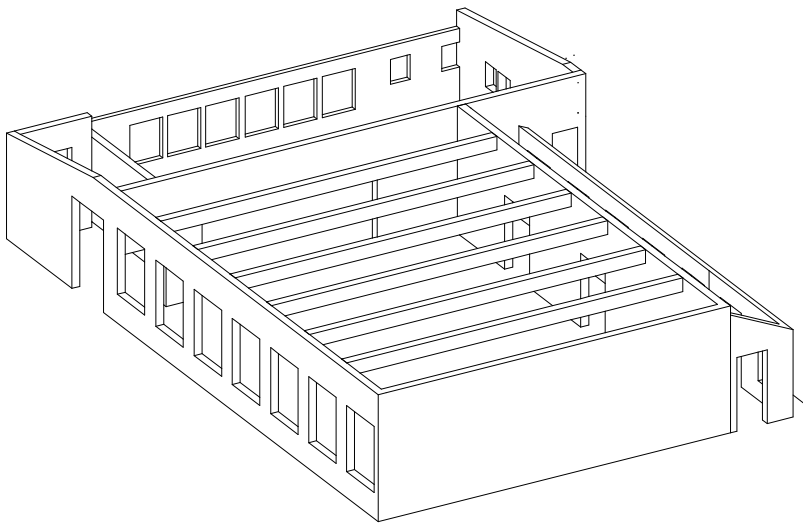
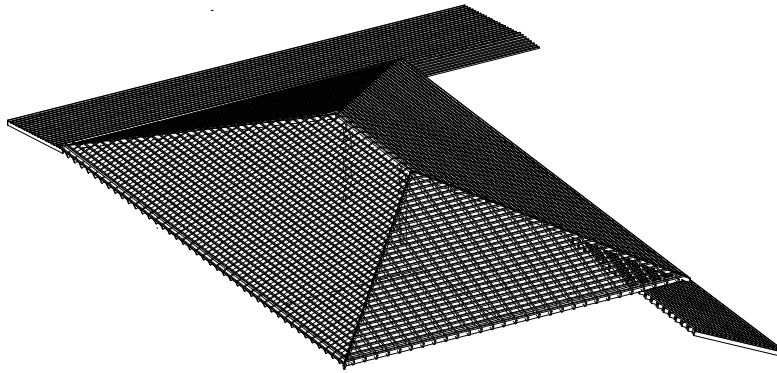


Ilustração 10- Compartimentação realizada em 2016.



#### 1.2.2.1. Estrutura

A estrutura do edifício é em alvenaria de pedra e em betão armado. Todo o perímetro exterior do edifício são paredes estruturais que desempenham um papel importante relativamente à sua estabilidade. A maior parte das paredes divisórias não desempenham nenhuma função estrutural, à exceção da parede que divide os dois corpos e das paredes que delimitam os acessos verticais. As restantes paredes divisórias apenas servem para a compartimentação dos diferentes espaços interiores. Este edifício tem dois tipos de lajes distintas: a laje aligeirada nos dois pisos do corpo A e a laje maciça no corpo B (ver Ilustração 10). As lajes aligeiradas são suportadas por vigas com um espaçamento de 2,5 metros entre elas. No primeiro piso estas vigas são suportadas por pequenos pilares ao longo da sua extensão.

A cobertura é realizada através de uma estrutura de madeira. Esta estrutura é realizada através de uma subestrutura que suporta a “fileira” e é através desta que se fazem as pendentes da cobertura. Após essa camada, são utilizadas “varas” que suportam as “ripas” perpendiculares à camada inferior. O revestimento da cobertura é em telha de meia cana.

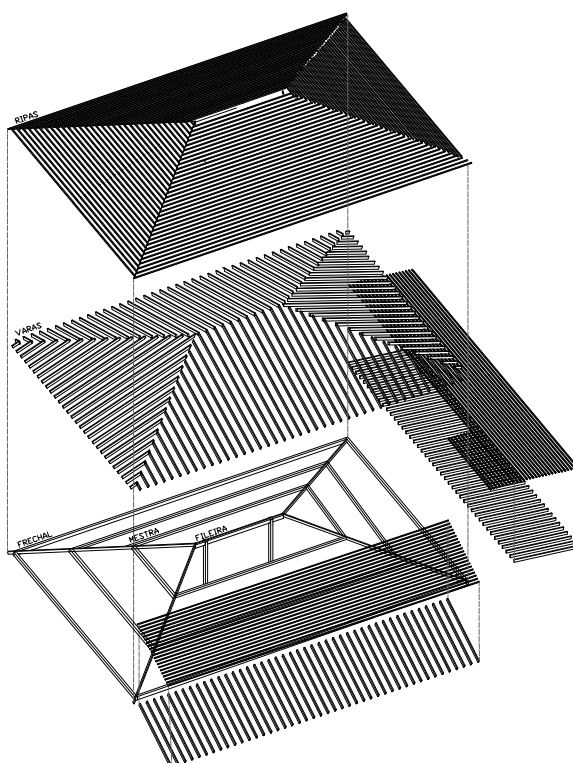


Ilustração 12- Esquema da estrutura da cobertura do edifício.





A reabilitação de edifícios, nos dias que correm, é um tema que tem merecido bastante atenção na prática da arquitetura e apresenta-se como uma oportunidade de melhoria do desenvolvimento, não só cultural e social, como também a nível económico. Este desenvolvimento só é possível com a salvaguarda dos valores culturais e patrimoniais que estes edifícios têm, na criação de uma sinergia eficiente com as necessidades atuais da sociedade. Para tal, é necessário um estudo aprofundado do edifício em causa, bem como das exigências regulamentares existentes para o programa que se propõe.

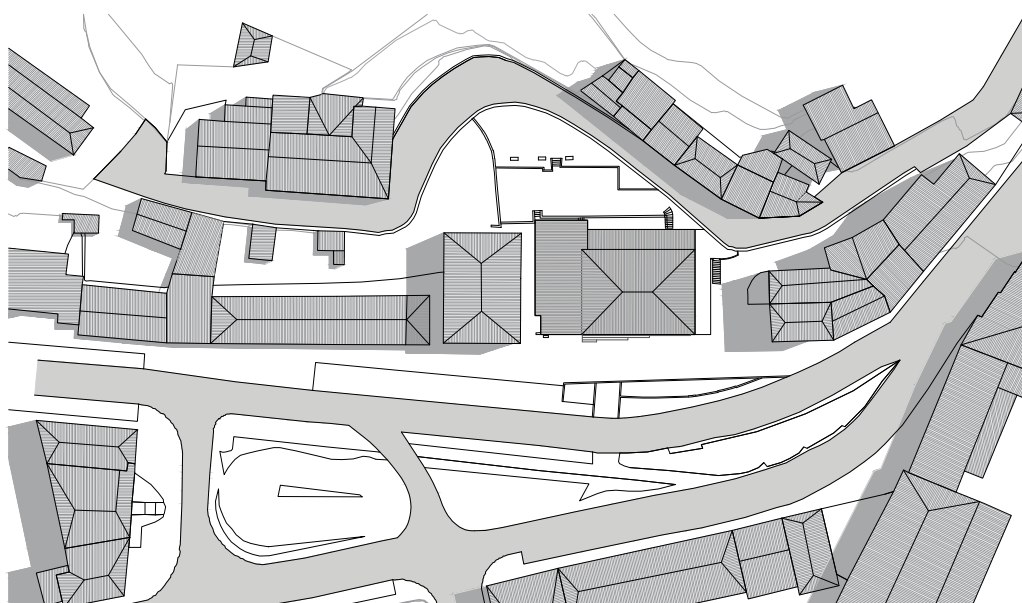
A compreensão do edifício permite um melhor aproveitamento e potencialização das suas capacidades. A memorabilia do conjunto arquitetónico é uma questão fundamental na abordagem do mesmo e neste ponto de vista, deve-se recorrer à preservação de elementos pré-existent, no sentido de perpetuar parte do seu valor histórico.

Para iniciar o processo é indispensável um diagnóstico muito preciso. Assim, o primeiro passo é elaborar um registo fotográfico do edifício e todas as suas componentes e, de seguida, a medição dos elementos pré-existent. Este trabalho de campo permite não só o registo do estado atual para a posteridade, antes da sua renovação, como também uma perceção geral imprescindível para uma reabilitação bem sucedida.

No levantamento fotográfico que se apresenta de seguida, constatamos que o edifício não se encontra em degradação total e a sua estrutura encontra-se em boas condições. A aparência degradada das superfícies, para além do desgaste natural dos anos, deve-se maioritariamente à má aplicação dos revestimentos aplicados posteriormente.

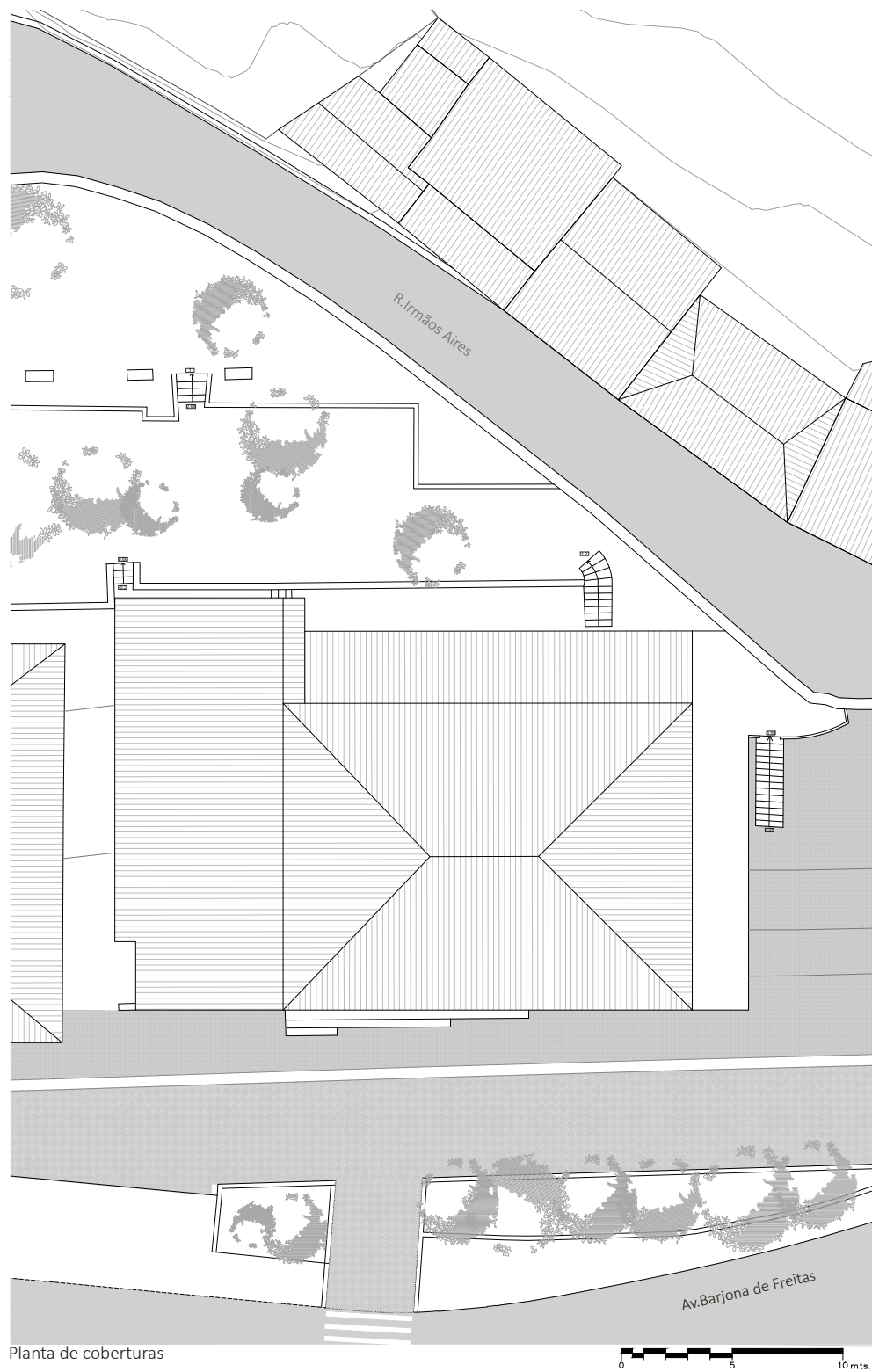
Para além do levantamento fotográfico das patologias construtivas, através do diálogo com um dos responsáveis da escola de música, foi possível perceber que o edifício tem também problemas de humidade, tanto a nível das paredes exteriores como na cobertura, o que não é possível verificar pelo levantamento fotográfico, dado que o edifício foi pintado, numa tentativa de esconder essas patologias.

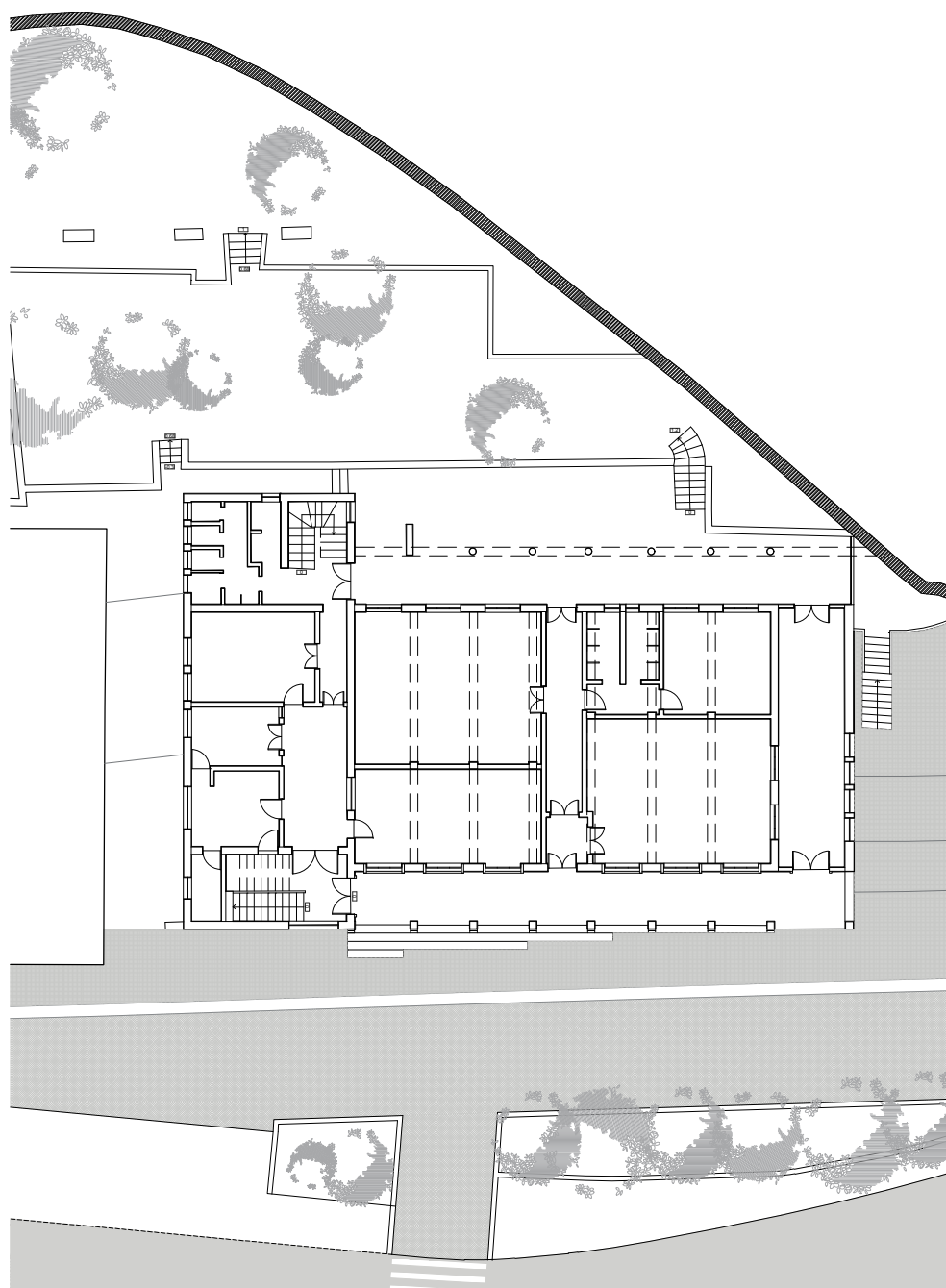
## 2. Levantamento dimensional



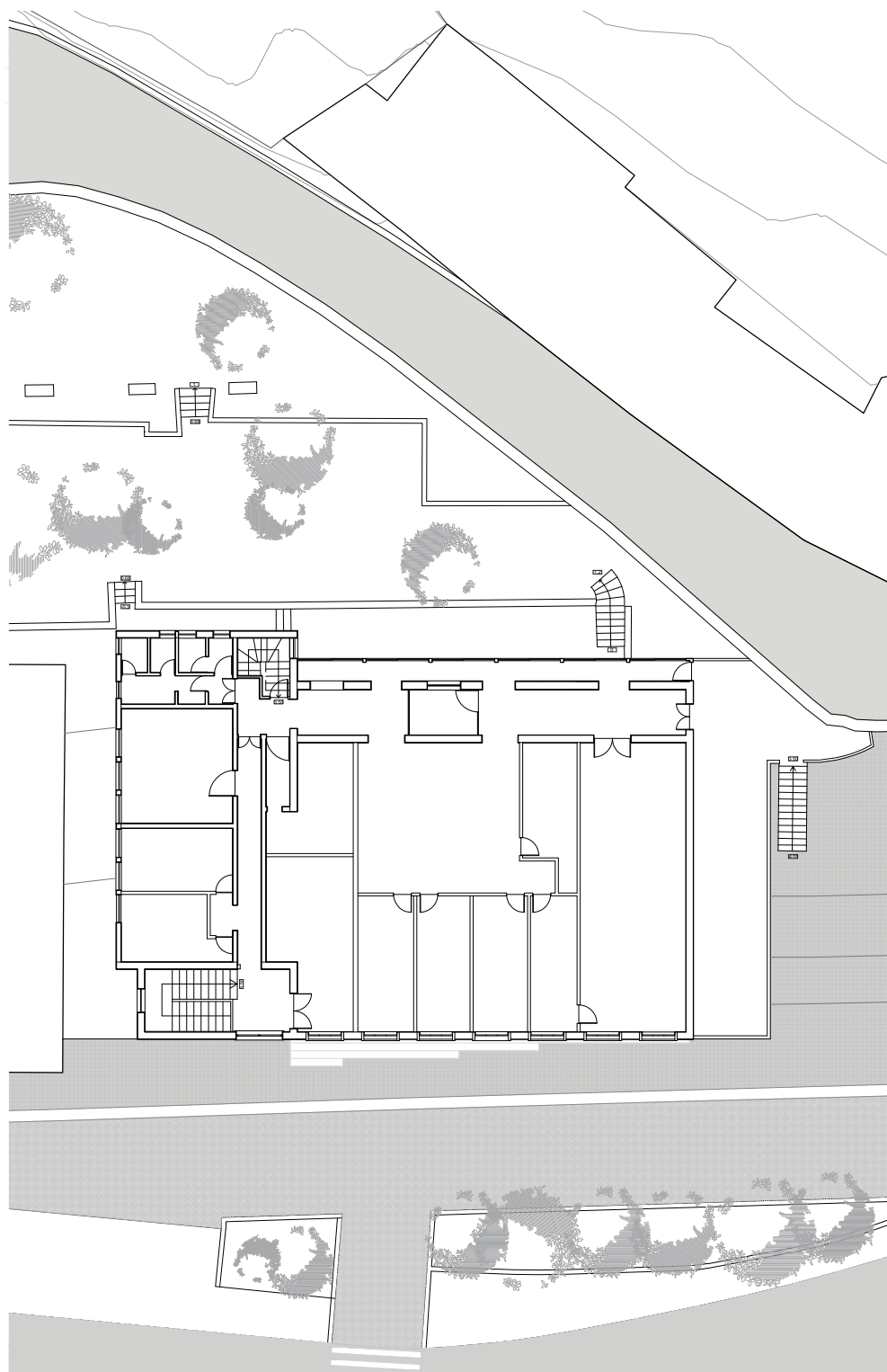
Planta de localização

## 2.1. PLANTAS

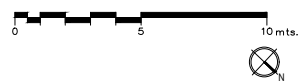


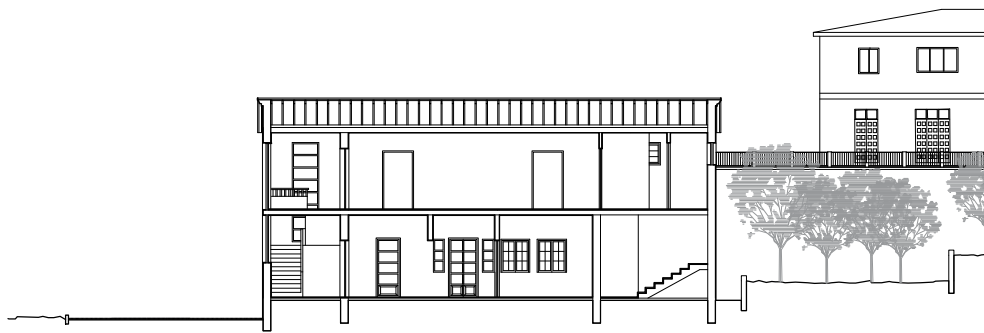


Planta piso1

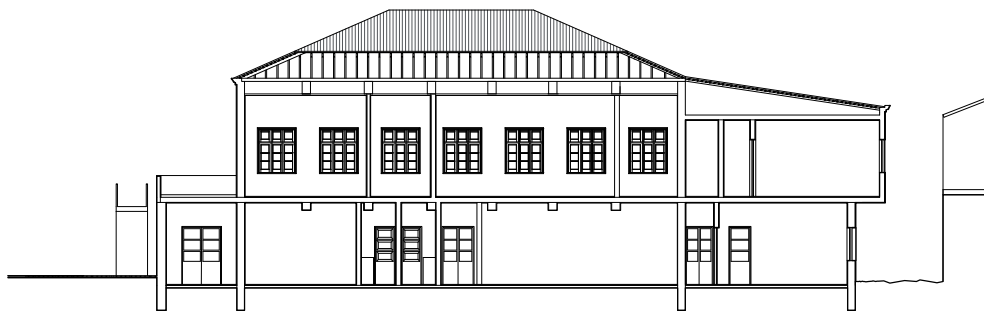


Planta piso2

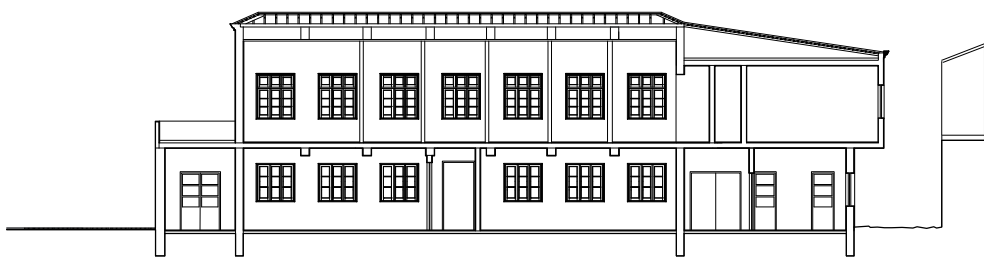




Corte transversal A-A'

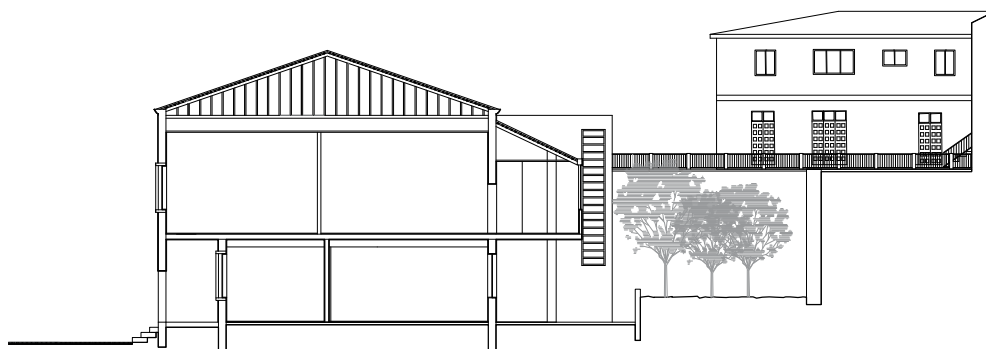


Corte transversal B-B'

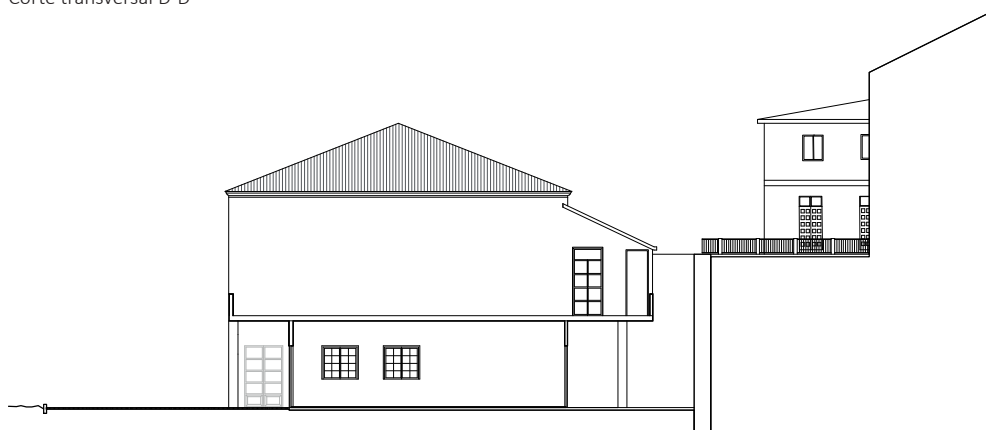


Corte longitudinal C-C'

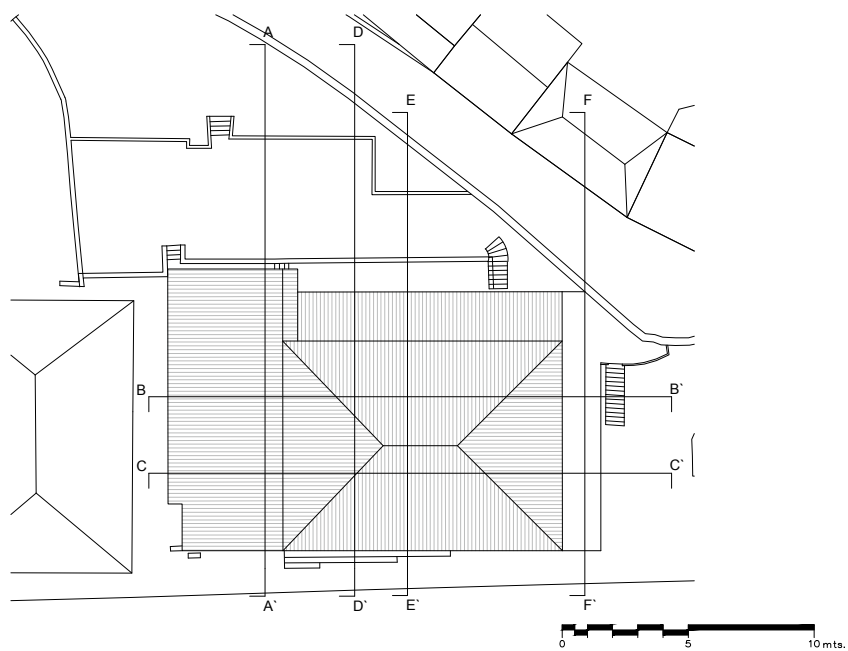
## 2.2. Cortes

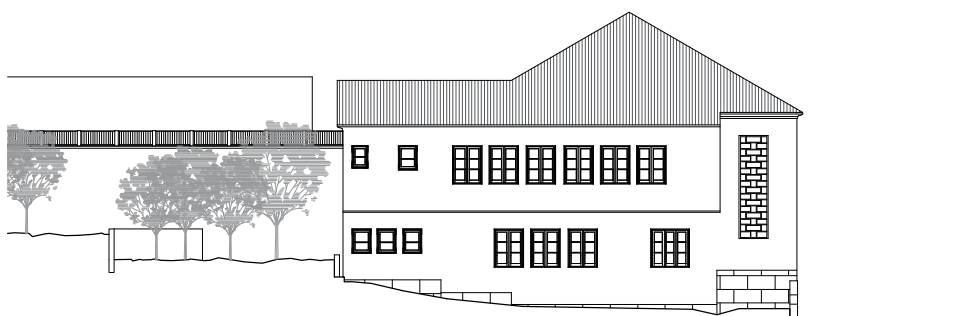


Corte transversal D-D'

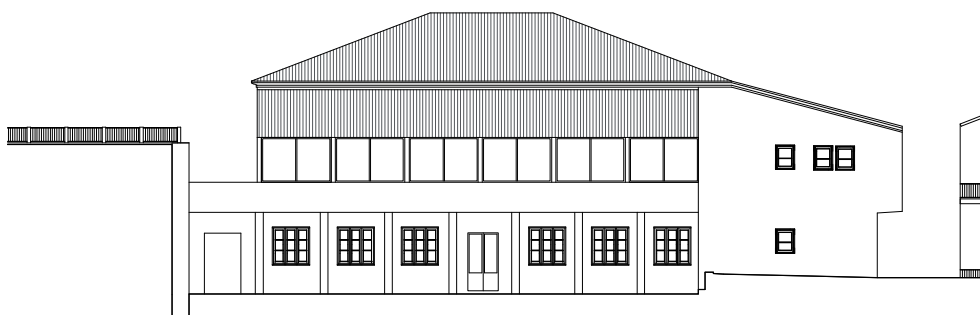


Corte transversal F-F'





Alçado sudeste



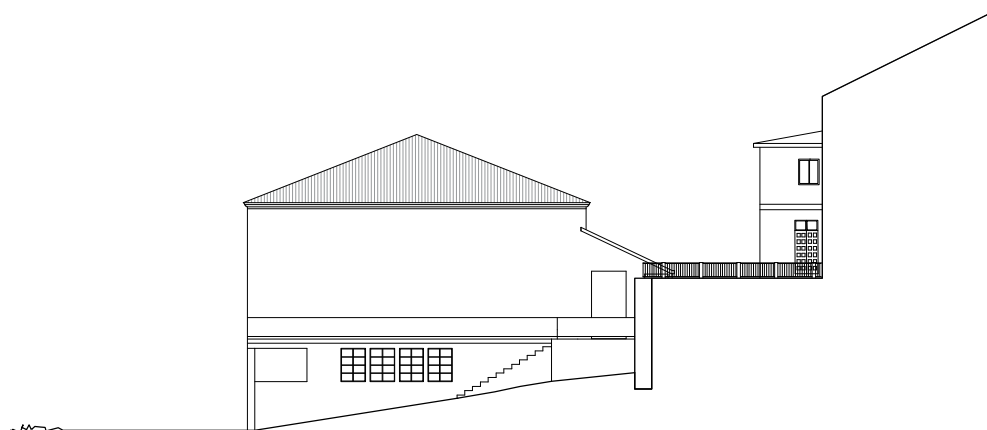
Alçado sudoeste



Alçado nordeste



## 2.3. Alçados

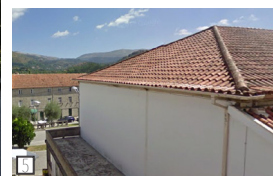
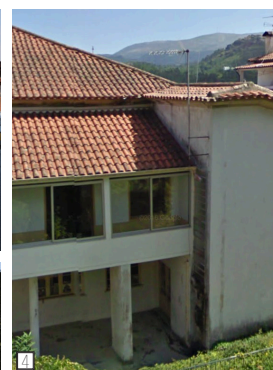
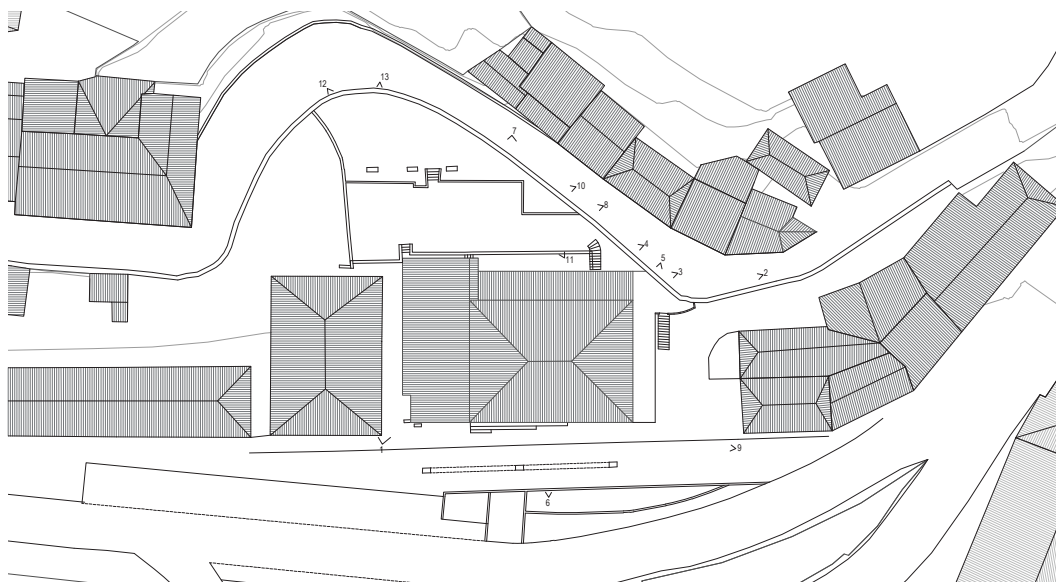


Alçado noroeste



0 5 10mts.

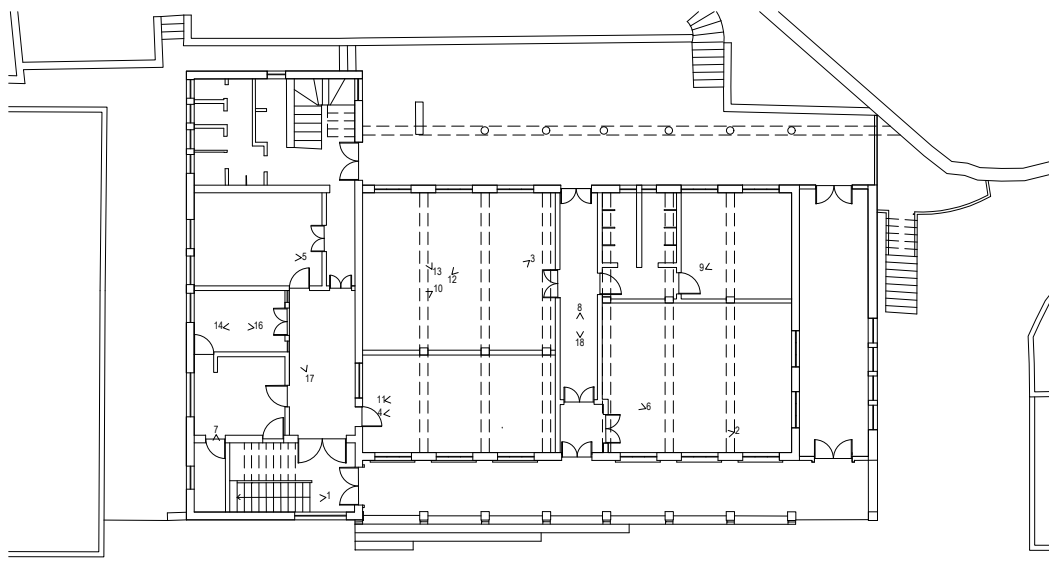
### 3. Levantamento fotográfico



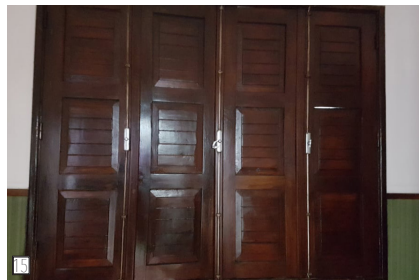
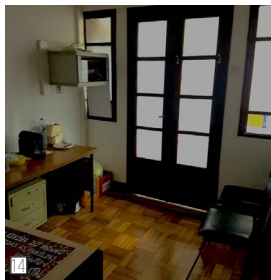
### 3.1. Exterior

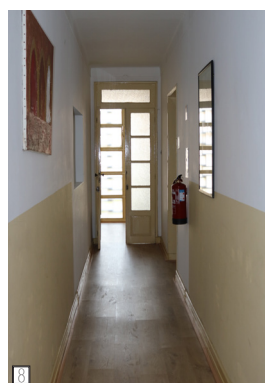
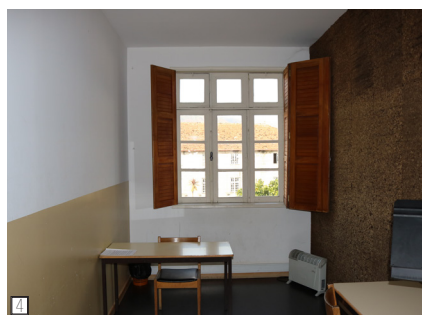
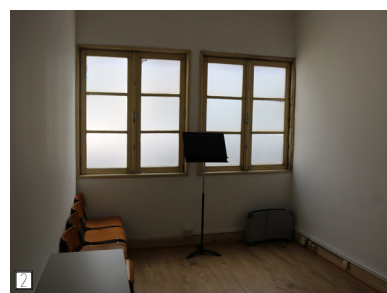
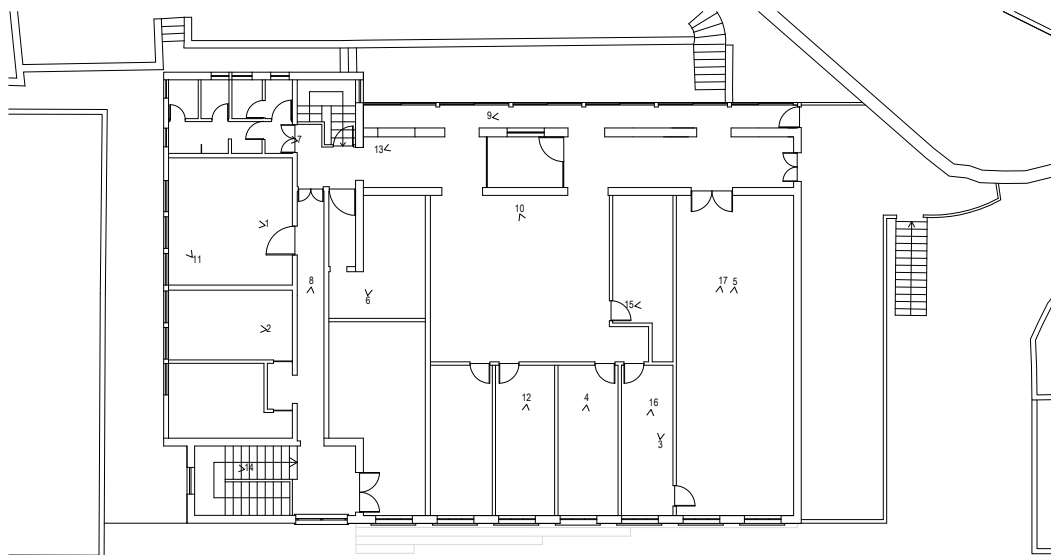






## 3.2. Piso 1







### 3.3. Piso 2







# 03.

## PROPOSTA

traçam-se as soluções de reabilitação dos problemas diagnosticados. É então apresentado o programa escolhido, o conceito e a metodologia projetual. Esta apresentação vai desde a escala de implantação do edifício até ao pormenor do mapeamento dos vãos.



## 1. Conceito

O projeto escolhido para este trabalho de investigação tem como principal objetivo a reabilitação de um dos edifícios mais marcantes da vila de Vieira de Minho. A escolha do programa teve como inspiração uma das iniciais vocações destas instituições: educação e instrução. Por isso, o programa principal da reabilitação consiste na continuação do programa atual: a academia de música Valentim Moreira de Sá. Para além disso, acrescenta-se uma sala de espetáculos de modo a que esta possa ser utilizada não só pela academia, mas também por toda a comunidade. Com esta proposta, deseja-se melhorar a qualidade de ensino e o nível de cultura da população, permitindo ao edifício receber variadas atividades culturais.

A proposta de reabilitação assenta na existência de dois programas com funcionamento simultâneo, mas garantindo que estes possam funcionar também separadamente. Propõe-se também que a escola de música aumente a sua área devido à grande afluência que tem demonstrado nos últimos tempos e à necessidade de criação de novas salas de aulas e de um espaço administrativo. Por isso, é necessário adaptar todo o edifício para que este consiga dar resposta a essas necessidades.

Após esta análise, é possível cimentar esta proposta em dois pontos essenciais: a rentabilização do edifício existente e a construção de novos elementos espaciais.

## 2. Metodologia

No presente projeto, existe uma vontade de manter e recuperar os elementos originais. Dado que se verifica uma carência nas áreas construídas para fazer face ao programa proposto, foi necessário proceder à ampliação do perímetro do edificado, possibilitando melhores condições para o novo programa. Esta ampliação foi realizada através da utilização de uma parte do espaço vazio do lote, preenchendo-o com um volume compacto ao qual se subtraíram os espaços necessários para a abertura de pátios que asseguram a iluminação e ventilação do programa. Como a memória é um fator importante, foi essencial manter os elementos já construídos, assegurando assim que, no futuro, se necessário, se possam reverter as alterações efetuadas.

As características do lote também marcaram o projeto. Este propõe um espaço de transição, um percurso de carácter público que permite ligar o desnível entre duas ruas, criando assim uma maior proximidade do edifício com a população.

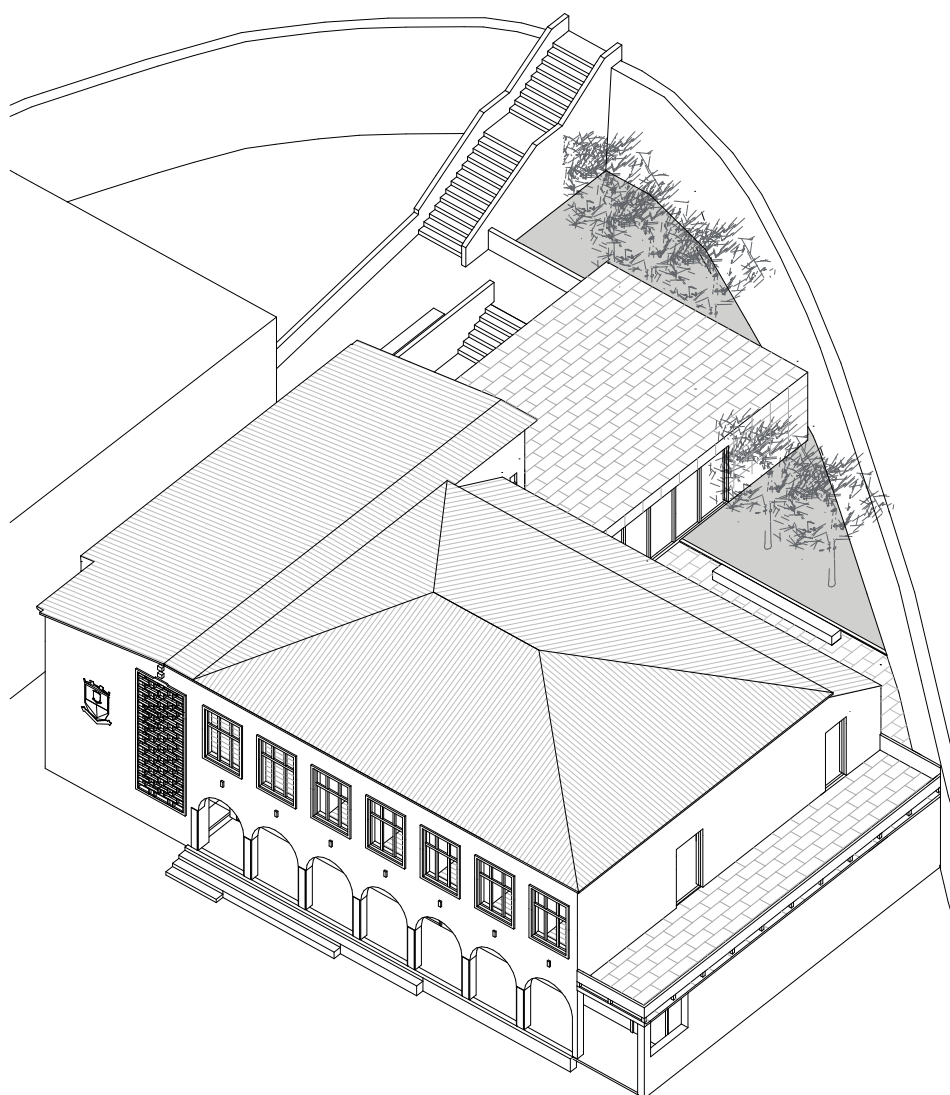
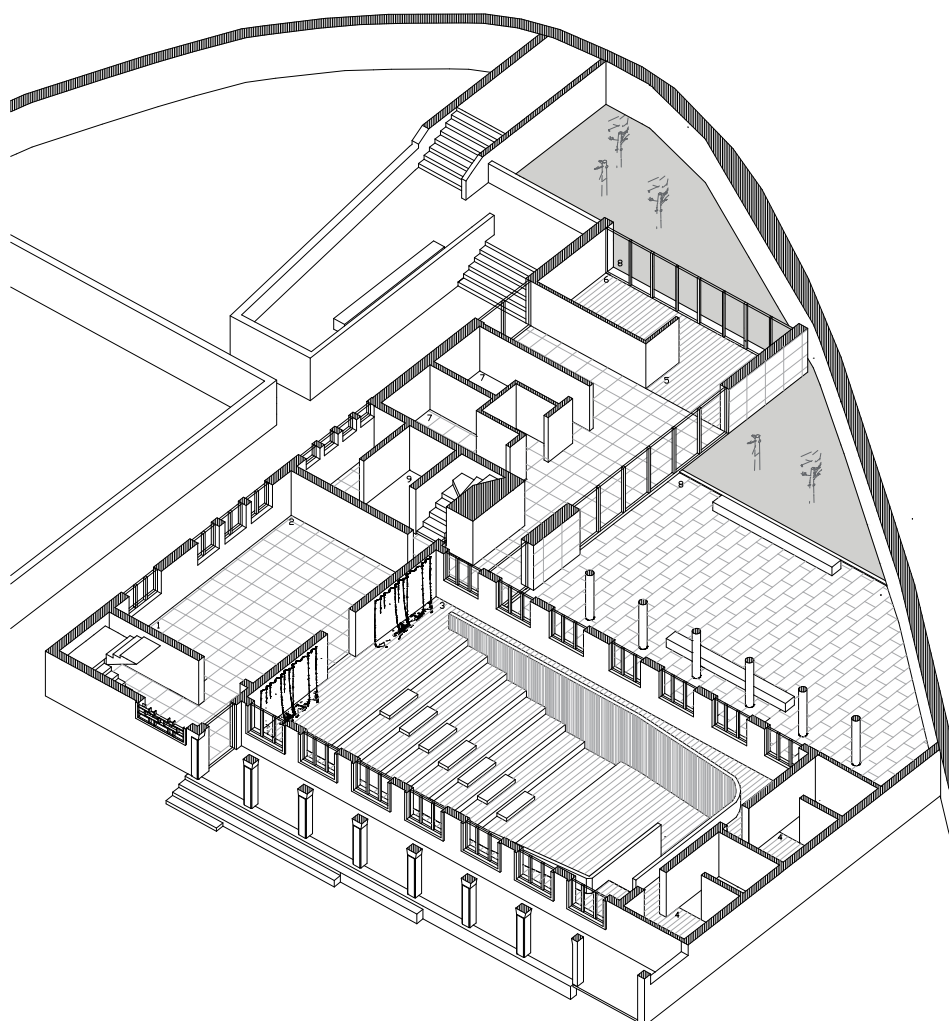


Ilustração 13- Axonometria da proposta | Exterior.

- LEGENDA:
- 1-RECEÇÃO DA CASA DE ESPETÁCULOS
  - 2-FOYER
  - 3-SALA DE ESPETÁCULOS
  - 4-CAMARINS
  - 5-RECEÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA
  - 6-SALA DE ADMINISTRAÇÃO
  - 7-CASAS DE BANHO
  - 8-PÁTIO
  - 9-ELEVADOR



### 3. Programa

Um dos temas principais é a forma como estes dois programas se vão conciliar de modo a que possam funcionar - por vezes em separado e, outras vezes, em conjunto. Outro ponto bastante importante foi conseguir estabelecer um conjunto de soluções arquitetónicas que garantam a acessibilidade de todos os cidadãos ao edifício sem que se percam as suas características e o valor arquitetónico.

No primeiro piso, a disposição das áreas destinadas ao público geral foi pensada de modo a oferecer um acesso mais direto através da rua principal. O principal acesso é efetuado através do alçado nordeste, destinado ao público dos espetáculos. Esta entrada dá acesso direto ao *foyer* onde se encontra o balcão de receção da sala de espetáculos e é a partir do *foyer* que se dá a entrada para a sala de espetáculos. Nesta sala, com capacidade para 96 lugares sentados, são imediatamente visíveis os percursos laterais que a circundam e que posteriormente dão acesso a um espaço privado. Este espaço é dividido em dois camarins individuais com casas de banho também privativas. Uma vez que esta sala foi pensada para receber diversas atividades culturais, o elemento da parede que dá profundidade ao palco foi planificado como uma estrutura retrátil. Esta alternativa possibilita à sala de espetáculos receber diversos tipos de atividades de carácter mais específico. Por este ser um espaço com bastante luz natural é necessária a utilização de cortinas de veludo nas suas laterais. Para além de resolver esse problema. As cortinas são também particularmente benéficas para o conforto sonoro do espaço, oferecendo um elevado poder de absorção do som.

Com o aumento do perímetro da área de implantação do edifício, foi possível dar um cariz mais privado ao acesso da escola de música, através do percurso pedonal criado que liga as duas ruas. É a partir desta entrada que se encontra o balcão de receção, juntamente com a sala de administração. Estes dois elementos possuem um pátio privativo de modo a dar maior privacidade à administração e promover a iluminação natural nestes espaços. Este piso foi pensado para albergar todos os espaços dedicados aos serviços da academia, deixando assim o piso superior unicamente para salas de trabalho.

As instalações sanitárias de todo o edifício estão também situadas neste piso, num sítio estratégico de modo a que possam ser utilizadas por ambos os programas. Uma vez que a sala de espetáculos apenas vai estar aberta ao público pontualmente, não existe necessidade de aumentar a área dedicada a este fim.

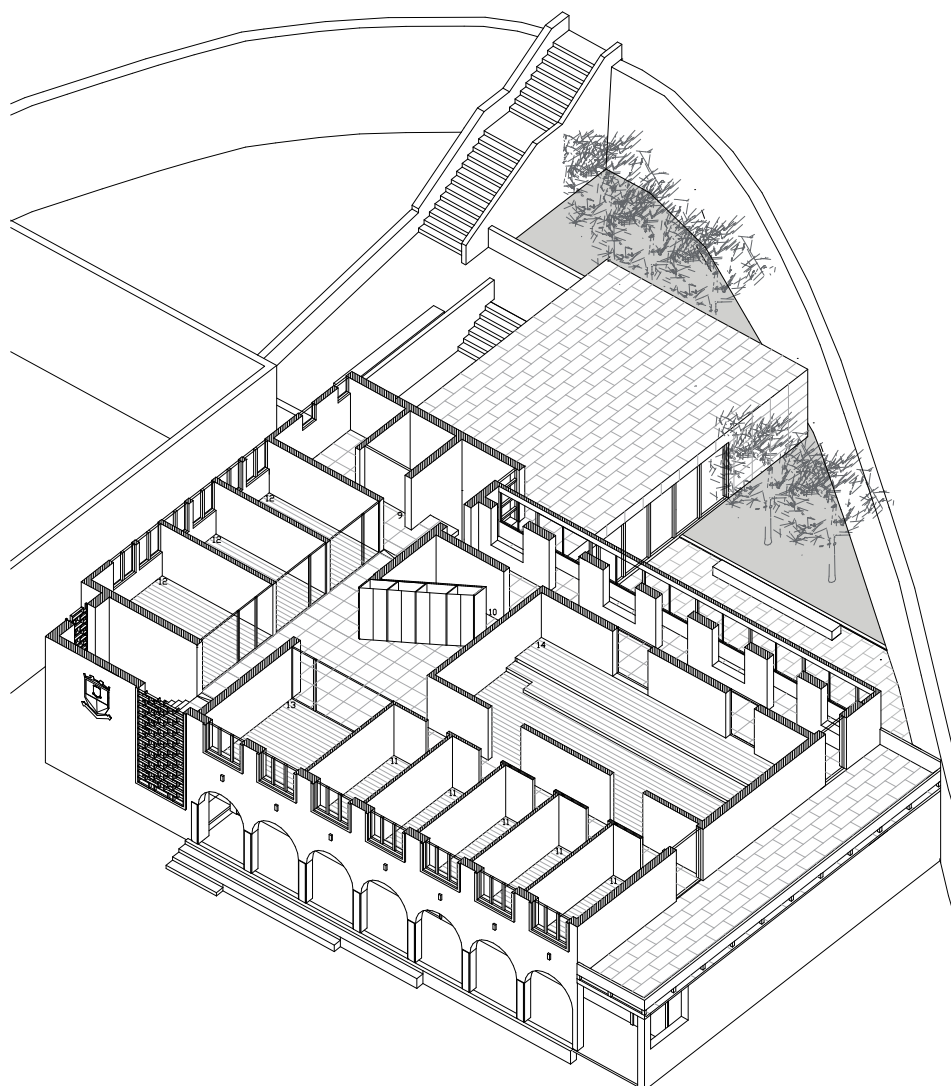






Ilustração 15- Render da proposta | Sala de espetáculos

- LEGENDA:
- 10- ARRUMOS
  - 11- SALA DE AULA PRÁTICA INDIVIDUAL
  - 12- SALA DE AULA PRÁTICA 2/3  
ALUNOS
  - 13- SALA DE AULA TEÓRICA
  - 14- SALA DE AULA DE GRUPO

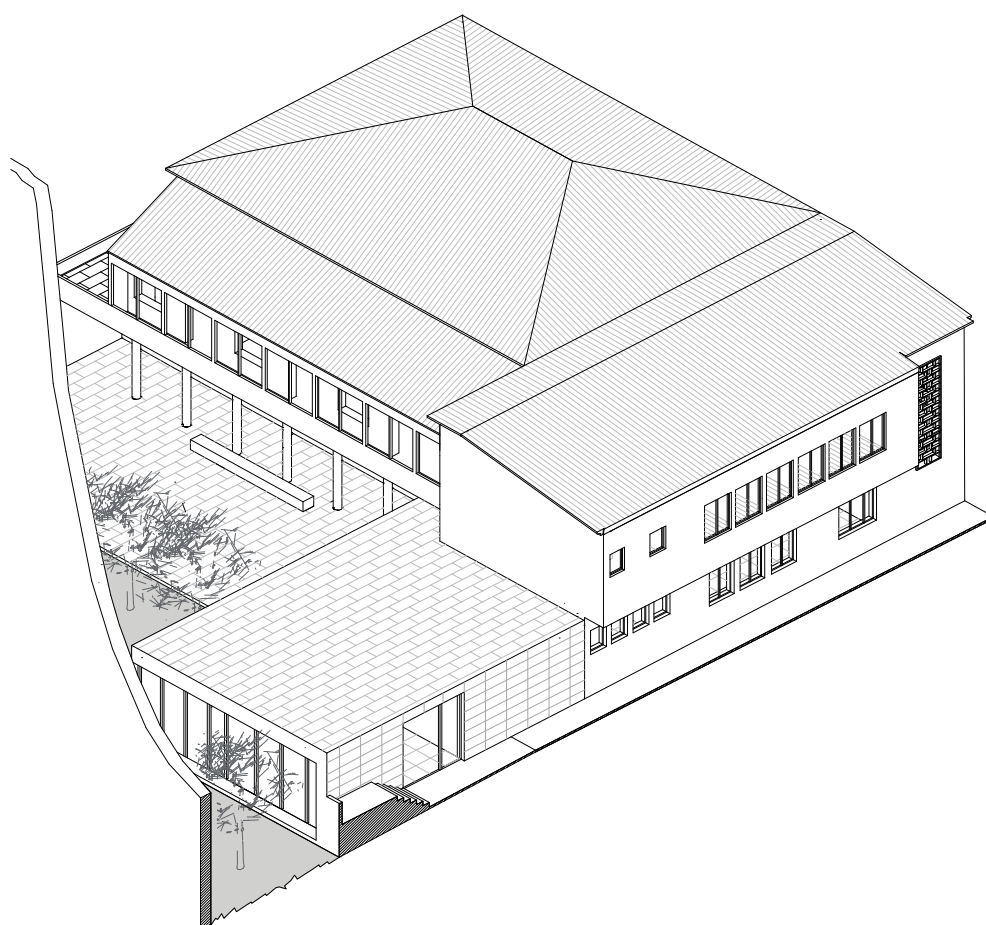


Em planta, o espaço desta sala de espetáculos e da escola de música é separado através de um pátio triangular, promovendo assim a iluminação e ventilação em ambos os elementos.

De modo a reaproveitar ao máximo o pré-existente foram reutilizados os elementos verticais que dão acesso ao piso superior uma vez que se encontram em perfeito funcionamento, e apenas foi necessário acrescentar um elevador, principalmente para os estudantes ou professores com capacidade motora reduzida.

O segundo piso é destinado unicamente a espaços de trabalho da escola de música. A disposição deste piso foi idealizada de modo a oferecer luz natural a todas as salas. Neste piso podemos encontrar as cinco salas para aprendizagem individual, três salas para dois/três alunos, uma sala de ensaios em grupo e ainda uma sala de aula teórica. As salas individuais e a sala teórica têm uma relação privilegiada com o exterior, podendo usufruir da vista da avenida principal da vila como cenário. De modo a que este piso receba na totalidade luz natural, as paredes divisórias entre as salas de grupos e o corredor são constituídas por um longo envidraçado interior, garantindo que a luz natural que as salas recebem é transportada para o restante espaço.

Neste piso existe também um espaço exterior, do qual os alunos podem usufruir nos intervalos das suas aulas. Para além destes espaços mencionados, existe ainda uma secção destinada a arrumos.



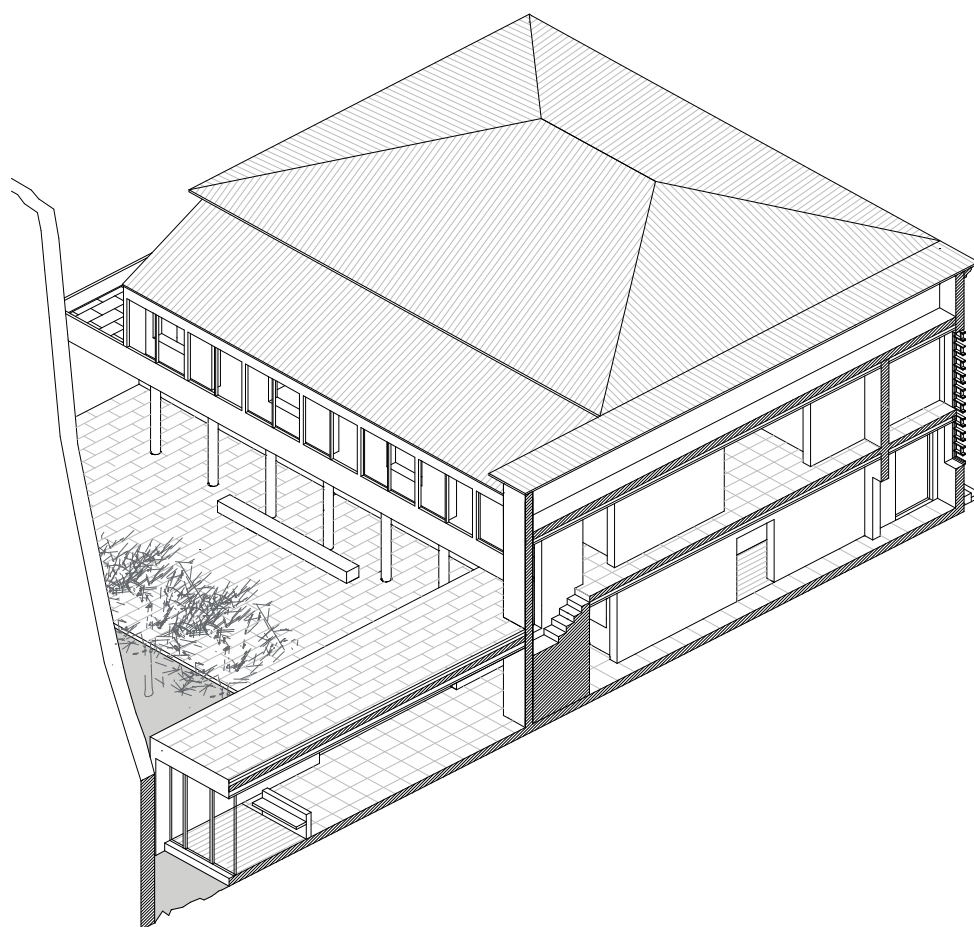


Ilustração 18- Axonometria da proposta | Corte transversal.



## 4. Intervenção construtiva

Uma vez que se trata de um projeto de reabilitação, preservar os elementos do pré-existente tornou-se numa abordagem fundamental para manter a identidade deste edifício. Outro elemento bastante importante é o facto de se tratar de um programa muito específico, o que requer uma acústica apropriada. Assim sendo, é preciso balancear o conforto acústico, com o térmico e o luminoso.

No que respeita ao edifício pré-existente, este não apresenta problemas estruturais. No entanto, com a intenção de trazer o auditório para o piso inferior, foi necessário proceder à eliminação de pequenos pilares. Para esta intervenção foi indispensável um reforço das vigas existentes através de perfis metálicos IPE180 que ajudam a descarregar as cargas nas paredes estruturais exteriores. No novo elemento, é utilizada uma estrutura em betão armado em todo o seu perímetro.

As paredes divisórias são constituídas por tijolo térmico-acústico de 15 centímetros, e acabado com reboco de 2 centímetros, perfazendo uma espessura total de 19 centímetros. A escolha deste tijolo deve-se às suas características fundamentais: baixo peso e à inércia acústica.<sup>40</sup> Para as salas de aulas optou-se por outro sistema construtivo, uma vez que é essencial uma boa qualidade sonora para o desenvolvimento musical dos alunos. Para que essa necessidade seja resolvida, utilizou-se uma parede formada por uma estrutura metálica de canais horizontais fixados à laje inferior e à laje superior, e montantes verticais encaixados nos canais. A esta estrutura são afixadas, em ambos os lados, placas de gesso cartonado perfurado de 2 centímetros e no espaço sobran te entre os montantes verticais é aplicado o isolamento com função térmico e acústico, de modo a conseguir um elevado índice de absorção acústico, controlo de ecos e reverberações.<sup>41</sup> Nos pavimentos utiliza-se soalho de madeira com caixa de ar funcionando como caixa acústica que diminui as vibrações sonoras.

Os revestimentos dos pavimentos são propostos em dois tipos de materiais: nos corredores de acesso e nas áreas comuns são utilizadas lajetas polidas de mármore; No interior das salas de aulas, na sala da administração, nos camarins e no auditório é utilizado o acabamento em soalho. O revestimento do auditório é em madeira de castanho, material muito utilizado na região Minho e que apresenta um índice de dureza e resistência muito positivo para um espaço que vai

40 Tijolo Térmico e Acústico, <https://www.preceram.pt/termico.php>, [Consultado em 5 de janeiro de 2019].

41 Paredes knauf com estrutura metálica, <https://www.knauf.pt/sistemas/paredes/estrutura-metalica-w11.html> [Consultado em 5 de janeiro de 2019].

albergar diversos eventos culturais.

O acabamento exterior, na ampliação, é realizado em betão à vista e no edifício já existente é mantido o acabamento de reboco de 3 centímetros sobre a pedra. A cobertura do novo elemento tem um acabamento em lajetas de betão de forma a tornar o novo volume homogéneo, dando a sensação de um volume compacto de betão. A cobertura do edifício existente prevê uma recuperação da estrutura de madeira existente, acrescentando uma camada de subtelha de modo a precaver problemas futuros de infiltrações. A telha utilizada é telha canudo 45x20 igual à de origem.

O isolamento, com 6 centímetros de espessura, é aplicado no interior em todo o perímetro do edifício existente e no interior das salas de aulas de forma a proteger o nível sonoro destes espaços. A escolha recaiu em lã de rocha devido ao facto das especificações desta serem os mais aconselhados para o programa proposto. Destaca-se, para além do excelente nível de isolamento térmico, pelo excelente desempenho acústico, dando resposta a situações de elevada exigência, não só pela grande capacidade de absorção acústica, como também pela capacidade de controlo da transmissão do som entre espaços.<sup>42</sup> Na ampliação, o isolamento é efetuado em XPS, no interior das paredes exteriores, de modo a evitar pontes térmicas, e na laje superior.





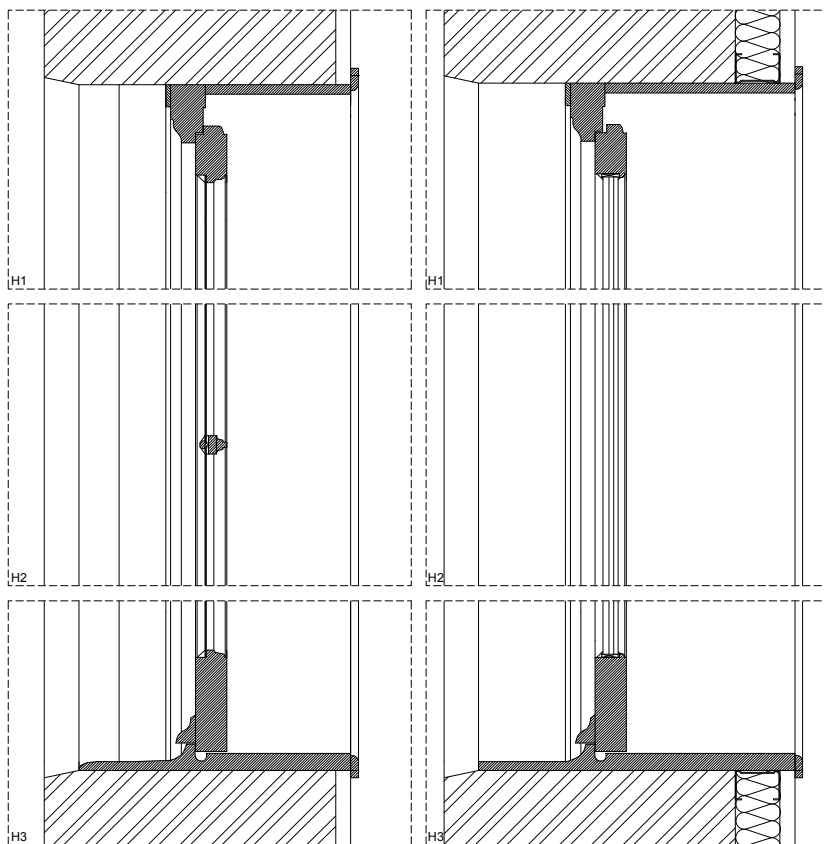


Ilustração 19- VE1 | Levantamento e proposta | Corte | Escala 1.10

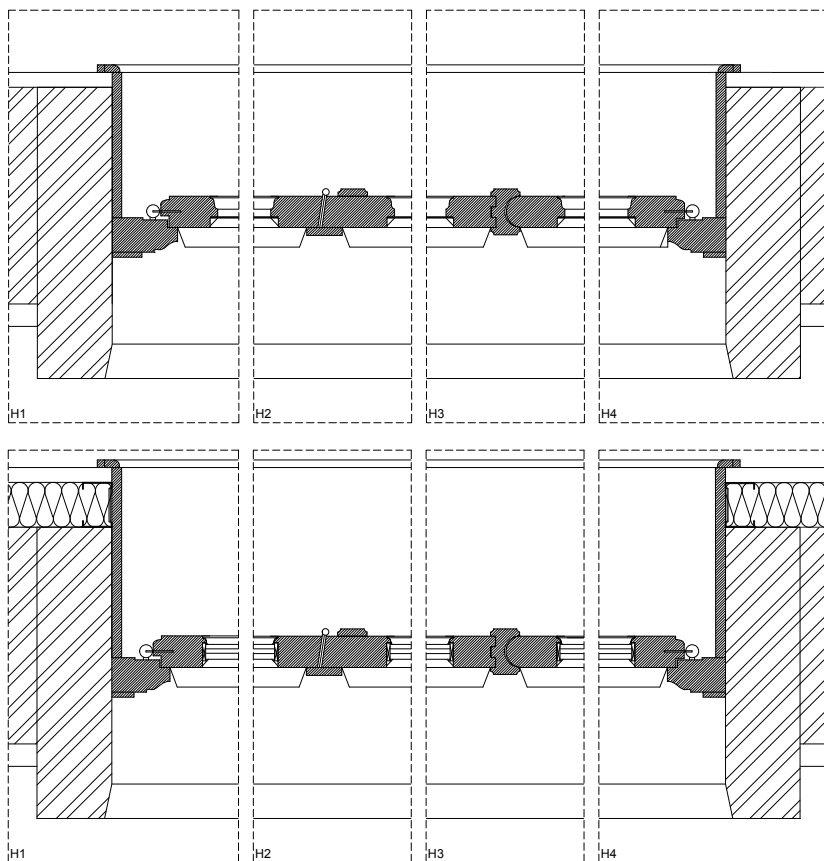


Ilustração 20- VE1 | Levantamento e proposta | Planta | Escala 1.10

## 5. Encerramento de vãos

Depois de uma análise dos vãos existentes, foi possível chegar à conclusão de que estes não correspondem às necessidades atuais – quer os interiores quer os exteriores. Assim sendo, é proposta uma substituição de todas as caixilharias. Para respeitar a linguagem das caixilharias do pré-existente é mantida a utilização da madeira nos diversos vãos do edifício. A orientação e o método das aberturas dos vãos foram pensados para dar resposta às necessidades funiconais nos espaços em que estão inseridos.

### 5.1. Exteriores

#### 5.1.1. Vão Exterior 1

O VE1, é um dos mais importantes do edifício, localizado no auditório, mas também em alguns vãos do alçado oeste. Tem um forte impacto no que diz respeito ao alçado, uma vez que está em comunicação com a rua principal. Para manter esta linguagem foi necessário fazer uma reinterpretação do vão original e transformá-lo de forma a que corresponda às necessidades atuais de transmissão térmica e acústica. Para responder a estas necessidades é utilizado vidro duplo de 3+3mm e 8mm separados por uma caixa de ar de 6mm. Esta janela de madeira com a altura de 1,52 m é pintada exteriormente- de cor do vão original - e emoldurada por pedra no seu exterior. Pelo interior, é envernizada e possui um pequeno aro de madeira de modo a criar um realce na parede de gesso cartonado.

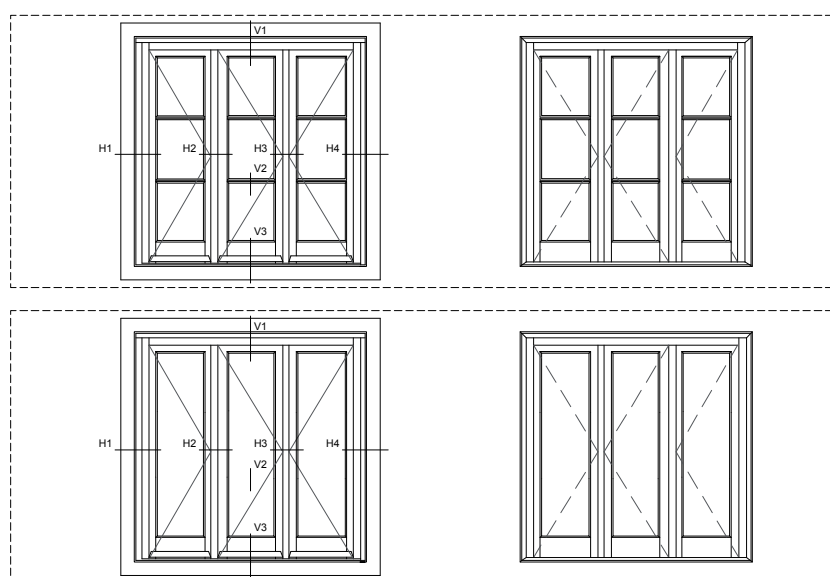


Ilustração 21- VE1| Levantamento e proposta | Alçado | Escala 1.50

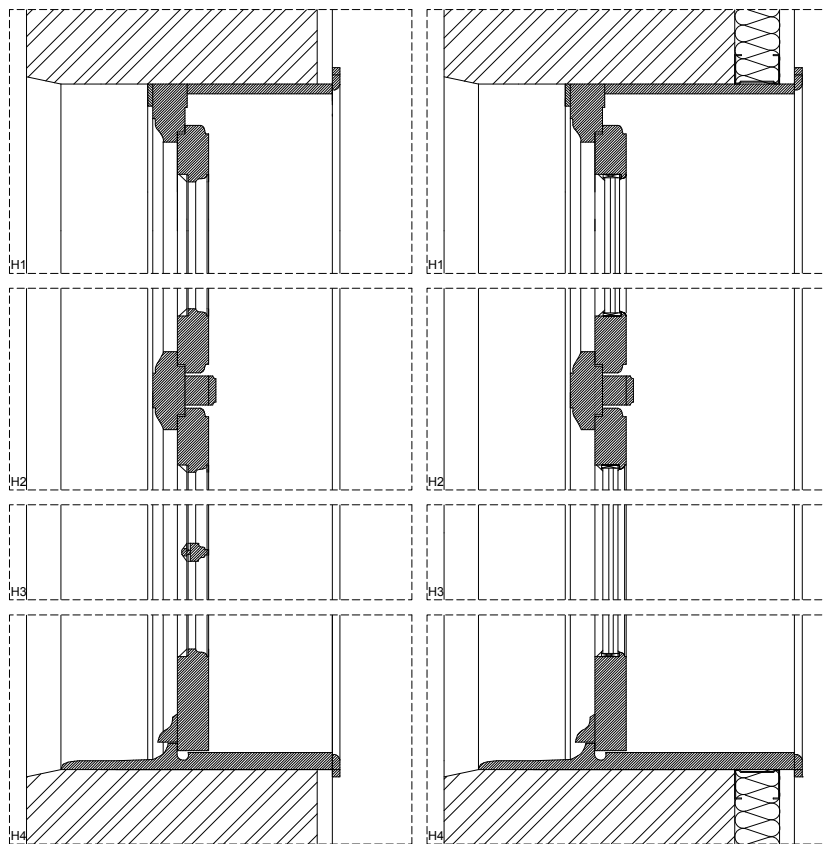


Ilustração 22- VE2 | Levantamento e proposta | Corte | Escala 1.10

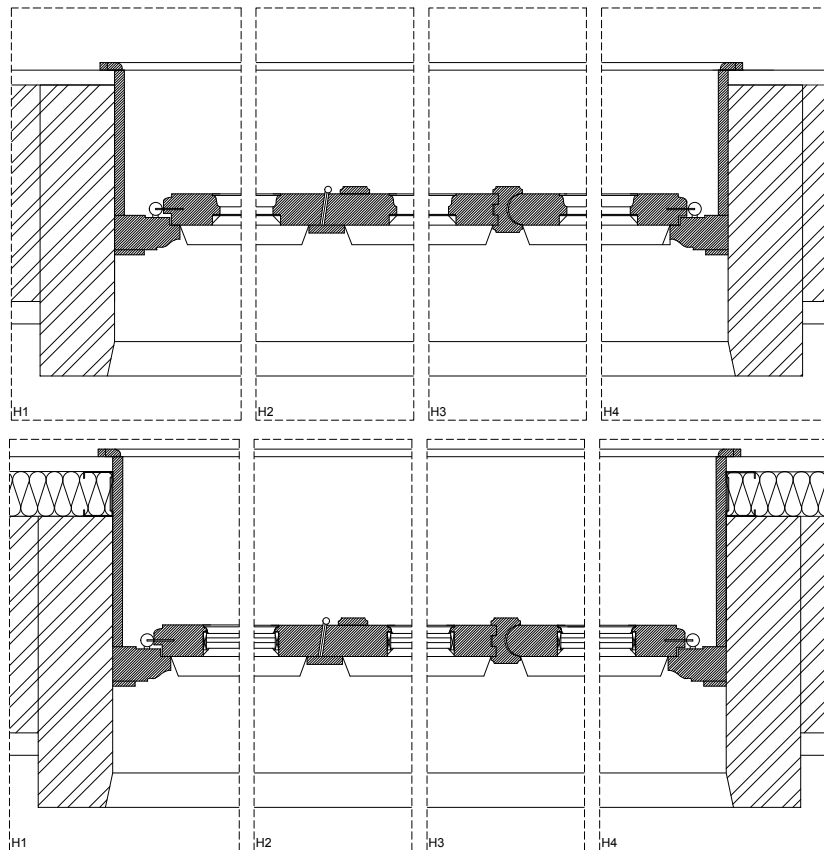


Ilustração 23- VE2 | Levantamento e proposta | Planta | Escala 1.10

### 5.1.2. Vão Exterior 2

O VE2 está presente no alçado principal, nomeadamente, na sala teórica e nas cinco salas de aula práticas individuais. O caixilho em madeira é semelhante ao VE1, mas com o acréscimo de umas pequenas folhas basculantes na parte superior. O processo de reinterpretação do vão original é o mesmo que o vão anterior com a eliminação dos pinázios e substituído o vidro simples por duplo.

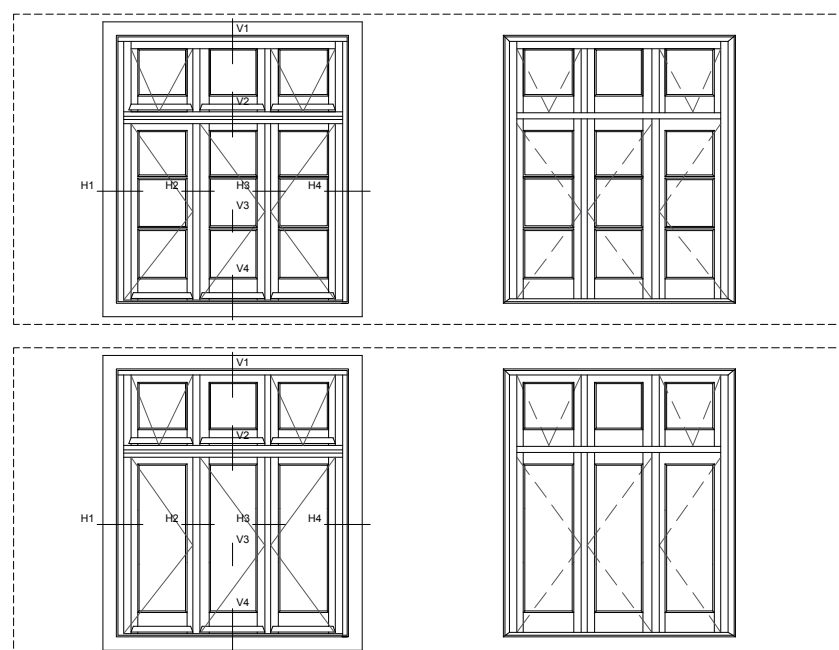


Ilustração 24- VE2 | Levantamento e proposta | Alçados | Escala 1.50

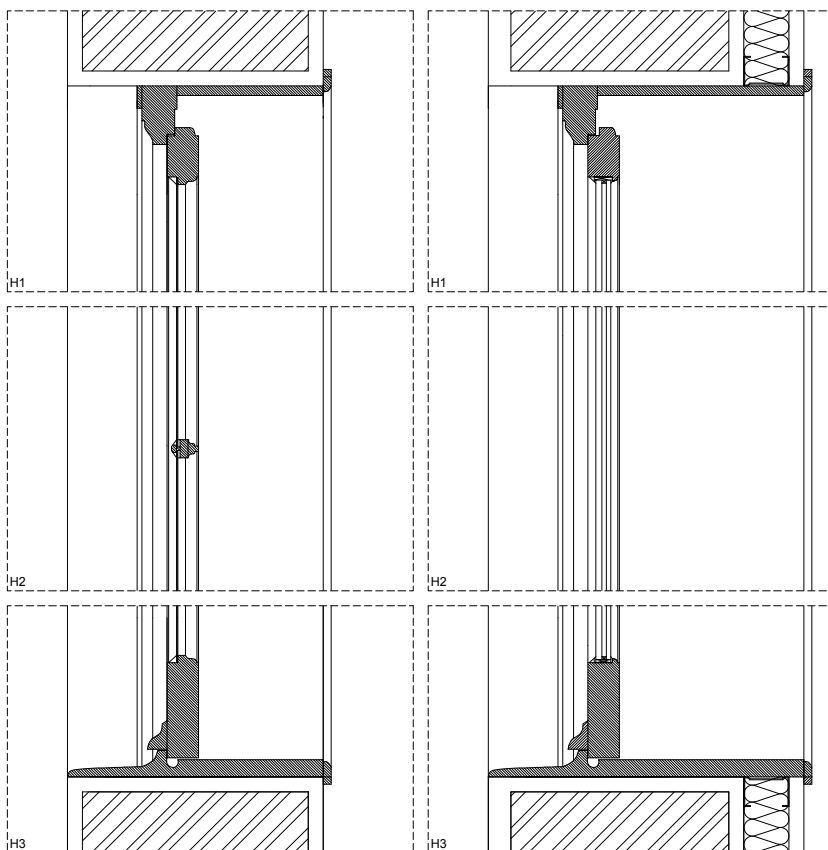


Ilustração 25- VE3 | Levantamento e proposta | Corte | Escala 1.10

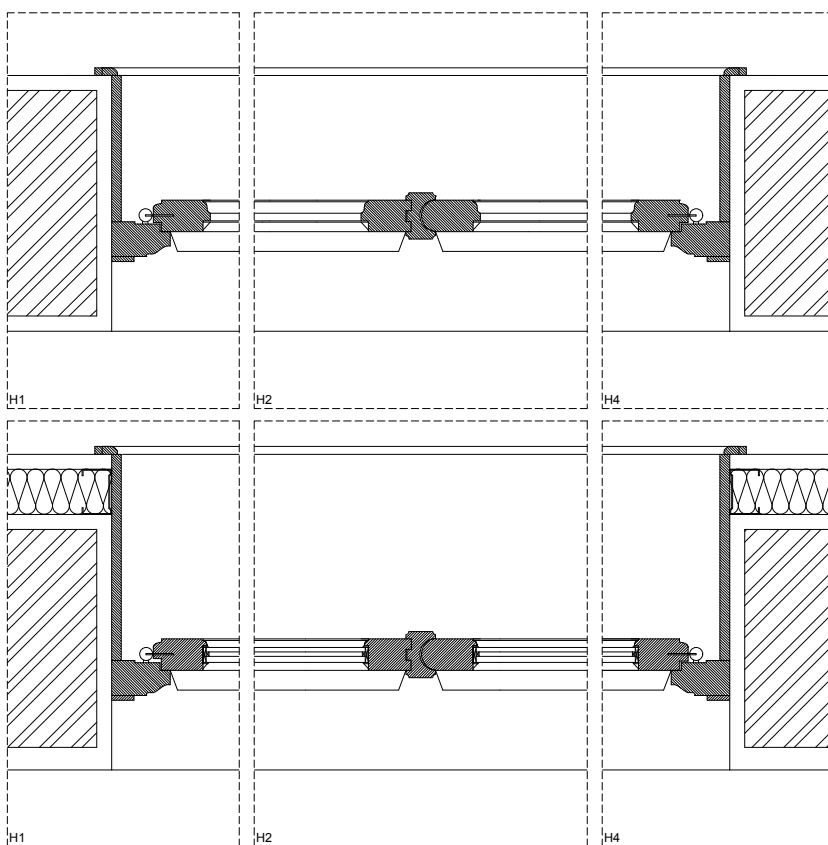


Ilustração 26- VE3 | Levantamento e proposta | Planta | Escala 1.10

#### 5.1.4. Vão Exterior 3

O VE3 está presente no alçado sudeste, nomeadamente, no foyer e nas salas de aula práticas de 2/3 alunos. O caixilho em madeira é também semelhante ao VE1 com a alteração do sistema de divisão em 3 folhas de abrir para dentro para um sistema de 2 folhas também de abrir para dentro. O processo de reinterpretação do vão original é o mesmo que o vão anterior com a eliminação dos pinázios e substituído o vidro simples por duplo.

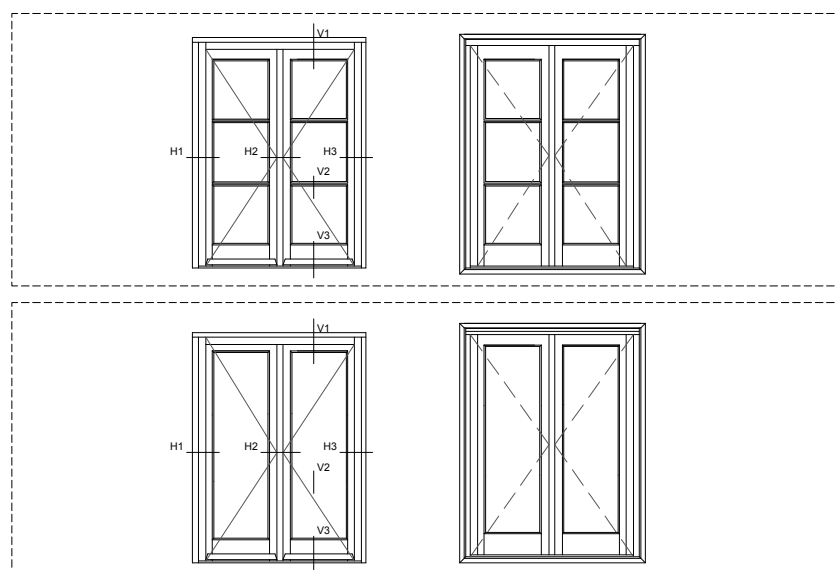


Ilustração 27- VE3 | Levantamento e proposta | Alçados | Escala 1.50

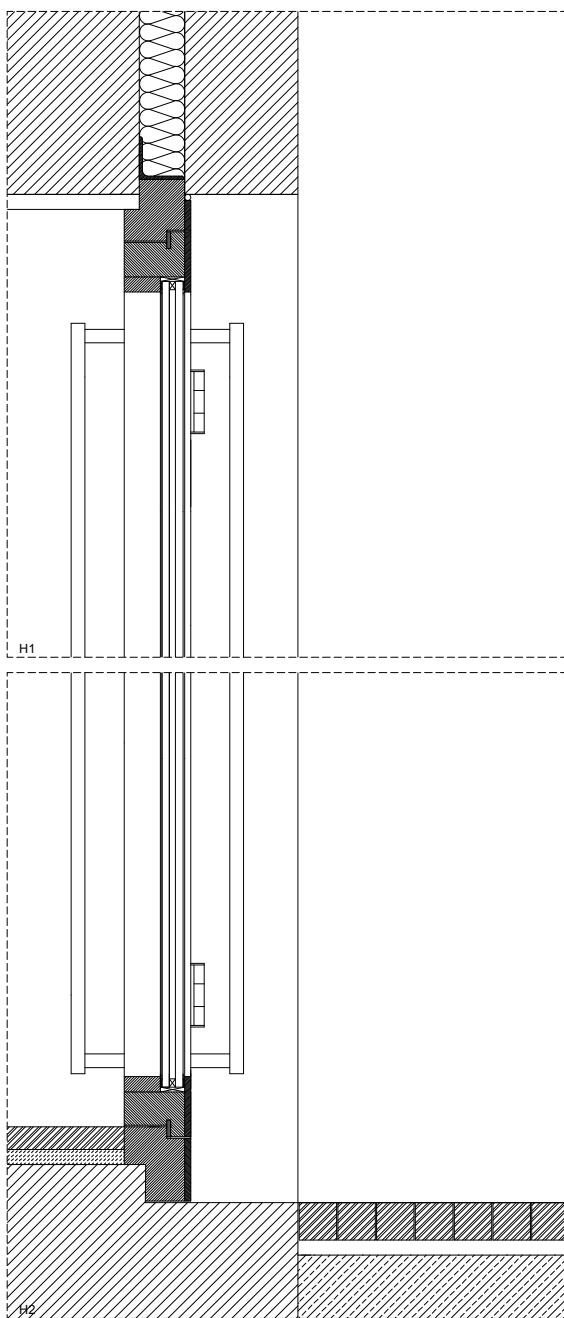


Ilustração 28- VE4 | Proposta | Corte | Escala 1.10

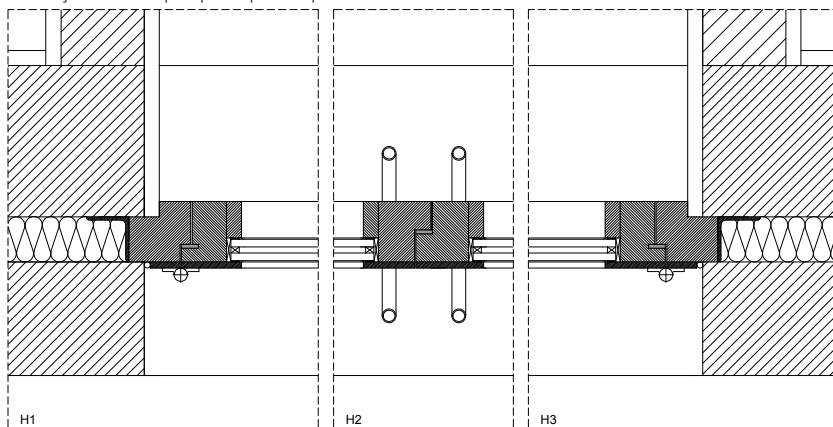


Ilustração 29- VE4 | Proposta | Planta | Escala 1.10



### 5.1.3 Vão Exterior 4

O VE4 permite a passagem entre o exterior e o interior do edifício, precisamente na entrada que dá acesso à escola de música. Este vão é de madeira, com uma linguagem muito simples para ir ao encontro do restante volume. A madeira de Castanho foi a escolhida devido às características que já foram mencionadas. Para cumprir requisitos de proteção da própria madeira, são aplicadas barras de alumínio com 8 milímetros de espessura. Assim, resguardam a madeira do vão e permitem uma relação visual com o betão à vista na fachada com o acabamento em jato de areia.

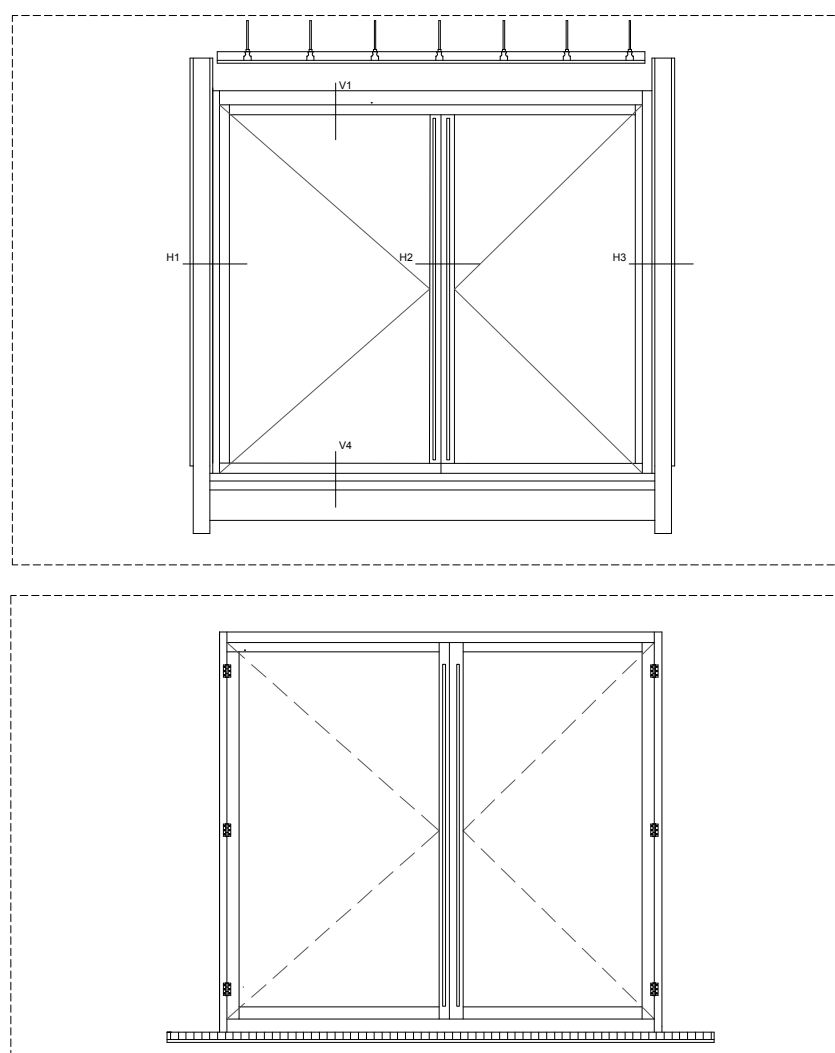
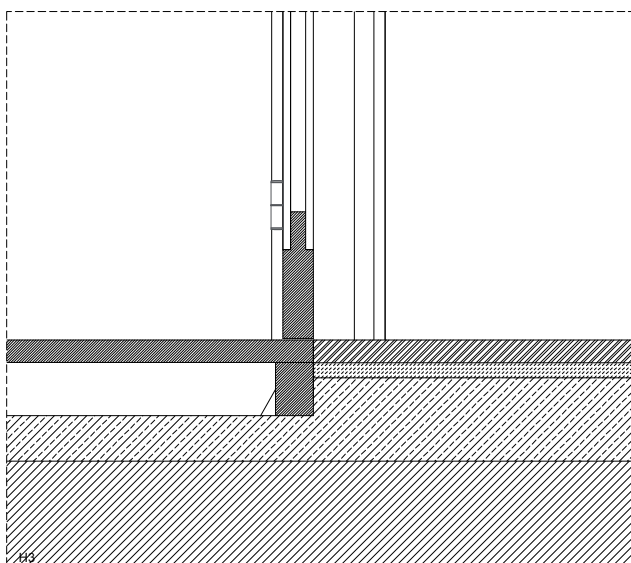
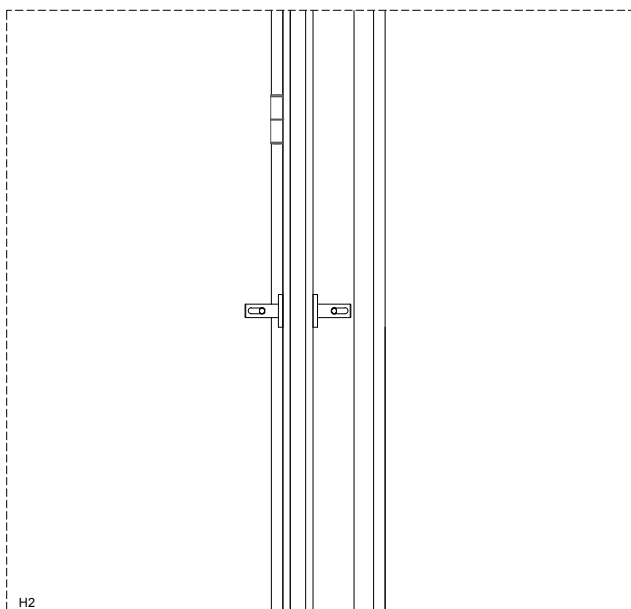
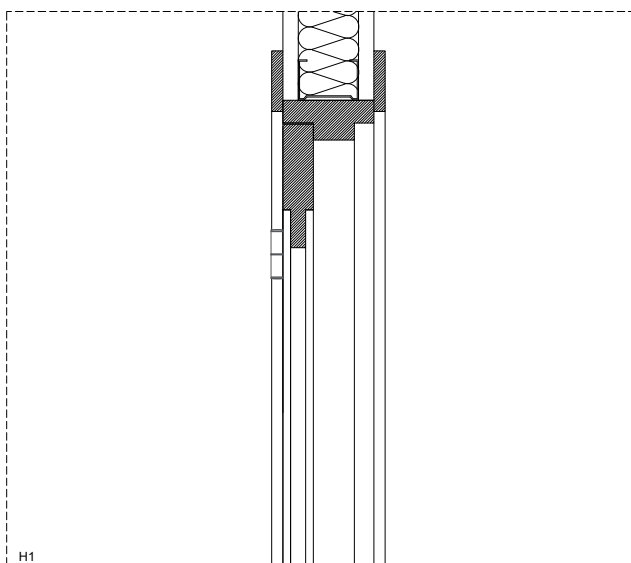


Ilustração 30- VE4|Proposta| Alçados| Escala 1.50



### 3.5.1 Interior

#### 3.5.1.1 Vão interior I

No VI1, para respeitar a memória do pré-existente, é mantida a madeira em toda a estrutura do vão interior - apesar do uso de contraplacado no seu revestimento. A ideia principal dos vãos interiores é manter uma linguagem simples e limpa que é transmitida também através do gesso cartonado, mas destacando estes elementos pela aparência da madeira. No interior, o uso da madeira no vão assume uma linguagem de continuidade em relação ao pavimento interior das divisões. No que diz respeito à altura do mesmo, dois metros e setenta, transmite uma ideia de verticalidade, o que vai criar contraste com a horizontalidade do corredor que dá acesso às salas de aulas. Este vão possui de ambos os lados um aro de madeira com 8 centímetros ao longo do seu perímetro.

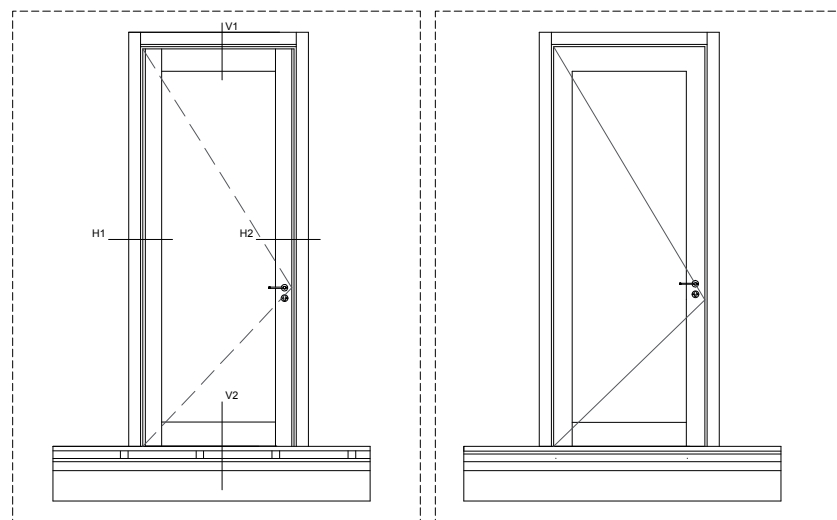


Ilustração 32- V1 | Proposta | Alçados | Escala 1.50

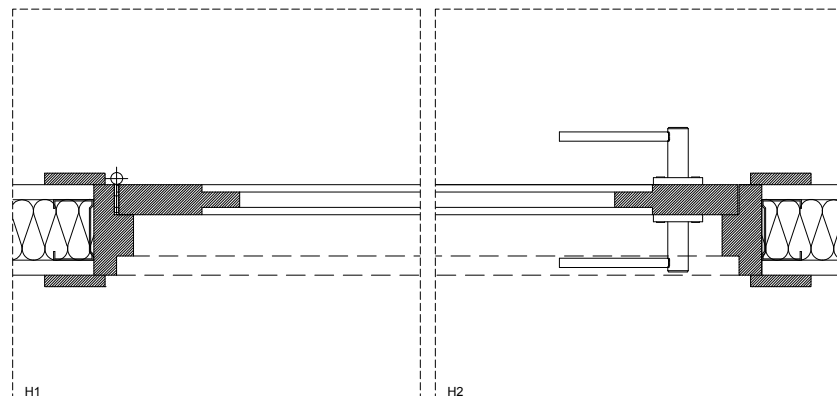


Ilustração 33- V1 | Proposta | Planta | Escala 1.10



## Considerações finais

As casas do povo enquadram-se numa rede de edifícios implementados pelo Estado um pouco por todo o país, à semelhança de outros equipamentos que faziam parte de um sistema corporativo criado pelo Estado Novo. No entanto, com a revolução do 25 de Abril, estes equipamentos começaram a ser extintos ou transformados, uma vez que o novo governo estabeleceu o fim do sistema corporativo. Assim, os mesmos deixaram de ser necessários, visto que as funções para a qual foram inicialmente concebidos já não eram necessárias. Como muitos dos equipamentos fruto deste regime político, as casas do povo surgiram por via de um modelo-oficial como forma de implementar uma aparência única, e, por isso, mais facilmente reconhecível como cada tipo de instituição. Contudo, esta vontade de homogeneidade não foi totalmente alcançada nas casas do povo devido às críticas sofridas – sobretudo o facto de não cumprirem com a totalidade do programa para o qual foram originalmente concebidas.

Hoje em dia, uma grande parte destes edifícios encontram-se esquecidos, por terem sido abandonados ao longo do tempo. A maioria serve apenas de apoio a instituições que usufruem dos mesmos durante curtos espaços de tempo, sem lhes dar um carácter próprio e sem que exista uma reformulação do mesmo.

O objeto de estudo, a Casa do Povo de Vieira do Minho, inaugurada a 1996, já teve diversas ocupações após o 25 de Abril, mas a verdade é que foram sempre temporárias e em último recurso. Apesar desta diversidade de ocupações do edifício, nunca ocorreu uma reformulação que respondesse às necessidades de cada programa.

A intervenção em edifícios históricos requer um estudo aprofundado no que respeita à sua importância no passado. Assim é necessário um reconhecimento através de documentos, desenhos, fotografias, etc. Além disso, é especialmente importante perceber o que o objeto arquitetónico representa e qual a sua imagem para o povo. Só assim é possível idealizar um projeto que consiga preservar as memórias do passado e gerar novas para a geração seguinte.

Foi essencial definir princípios de intervenção assentes no estudo das antigas casas do povo, de modo a que este projeto combine o melhor possível o carácter histórico que estas possuem.

Esta proposta para a reabilitação da Casa do Povo de Vieira do Minho não só tem como objetivo recuperar a memória, como oferece à vila a possibilidade de ter mais condições para receber espetáculos e assim dar um enorme passo no que respeita à cultura artística. O projeto

foi pensado de modo a dinamizar a vila de Vieira do Minho, a nível cultural e educacional. Com a reformulação deste edifício pretende-se oferecer à sociedade um espaço para usufruir de espetáculos culturais, bem como um melhoramento das condições funcionais da escola de música que atualmente utiliza o edifício. A escolha para a continuação da escola de música justifica-se pelo aumento no número de alunos e também da tradição musical da vila.<sup>43</sup>

A proximidade com a população que este edifício outrora tinha e as características do terreno, levou à criação de um percurso que liga as duas ruas que delimitam o edifício, criando assim uma entrada independente para a escola de música.

Os sistemas construtivos e o desenho dos novos espaços propostos são essenciais numa reabilitação de edifícios históricos e influenciados sempre pela conservação dos sistemas do objeto de estudo. Ao longo deste processo, estes sistemas vão variando de modo a responder às necessidades atuais.

Com esta investigação contribui-se para uma melhor compreensão da prática da reabilitação do património, de modo a sensibilizar para a consciencialização da importância da recuperação de uma rede de edifícios. O facto de se tratar de edifícios que existem em regiões que são muito afetadas pelo abandono da população para os núcleos urbanos, é um ponto muito importante na revitalização destas zonas e a arquitetura pode contribuir nesse sentido.







## Bibliografia

ALMEIDA, Pedro Vieira. *“A arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica”*. Lisboa; Livros Horizonte, 2002.

ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes. *“As casas do povo como instituições reveladoras da mundividência do regime salazarista, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho”*. Braga; 1998. Dissertação de mestrado.

BESSA, Isabel Teixeira Dias de Bessa. *“Arquitetura e Memória do Estado Novo ao 25 de Abril: O Liceu Júlio Henriques/ João II/ José Falcão de Coimbra”*. Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra, 1994.

CARVALHO, Bento Pereira de. *“Cartilha das casas do povo”*. Coimbra; B.P.C, 1936.

COSTA, Pereira da. *“Madeiramentos e Telhados I”* In Enciclopédia Prática da Construção Civil. Volume 8. Lisboa; Portugalíia editora, 1995.

COSTA, Pereira da. *“Madeiramentos e Telhados II”* In Enciclopédia Prática da Construção Civil. Volume 9. Lisboa; Portugalíia editora, 1995.

COSTA, Pereira da. *“Madeiramentos e Telhados III”* In Enciclopédia Prática da Construção Civil. Volume 10. Lisboa; Portugalíia editora, 1995.

COSTA, Pereira da. *“Madeiramentos e Telhados IV”* In Enciclopédia Prática da Construção Civil. Volume 11. Lisboa; Portugalíia editora, 1995.

COSTA, Pereira da. *“Vãos de Janelas I”* In Enciclopédia Prática da Construção Civil. Volume 19. Lisboa; Portugalíia editora, 1995.

COSTA, Pereira da. *“Vãos de Janelas II”* In Enciclopédia Prática da Construção Civil. Volume 20. Lisboa; Portugalíia editora, 1995.

DAMAS MORA, Mário. *“As Casas do Povo no estado corporativo”*. Lisboa; Edições Cosmopólia, 1935.

FERNANDES, António Júlio Castro. *“Enfrentando o destino das Casas do Povo”*. Lisboa; Biblioteca das casas do Povo, 1947.

FERNANDES, José Manuel Fernandes. *“Arquitectos Segurado”*. Lisboa; INCM- Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estevão, RODRIGUES, Ana Margarida. *“Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)”*. Lisboa; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014.

FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estevão, RODRIGUES, Ana Margarida. *“Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)”* In ICS Estudos e relatórios 1. Lisboa; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Laboratório Associado, 2014.

FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estevão. *“Construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974)”* In Organizar o País de alto a baixo. Políticas de edificações corporativa no Estado Novo português. Coimbra; Edições Tenacitas, 2016.

JARAMILLO, Jesica Maria de Oliveira. *“Casas do Povo, Casas dos Pescadores: A dimensão arquitétonica de um organismo para o desenvolvimento social”*. Porto. 2012. Dissertação de mestrado.

JARAMILLO, Jesica Maria de Oliveira, OLIVEIRA, Carla Garrido de Oliveira. *“A dimensão arquitétonica das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, entre o projeto-tipo e as expressões locais”* In A conquista Social do Território- Arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português. Coimbra; Edições Tenacitas, 2016.

LEAL, João. *“Arquitectos, engenheiros, antropólogos: estudos sobre arquitectura popular no século XX português”*. Porto; Fundação Marques da Silva, 2009.

MALDONADO, Vanda. *“Habitação Social promovida pelas Casas do Povo, 1958-1972. O caso de Santo Estêvão do Arquitecto Vítor Figueiredo”* In A conquista Social do Território- Arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português. Coimbra; Edições Tenacitas, 2016.

MELO, Daniel. *“A cultura popular no estado novo”*. Coimbra; Angelus Novus, 2010.

MONIZ, Gonçalo Canto. *“O liceu moderno : do programa-tipo ao liceu máquina”* In TOSTES, Ana Cristina dos Santos- Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. Lisboa; IPPAR, 2004. p.68-81.

PEREIRA, Natlia Maria Magalhes. *“NÓS, O POVO: AS REDES DAS CASAS DO POVO NOS ALINHAMENTOS CORPORATIVOS (1933-1974)”*. Braga; EDIPUCRS, 2016.

### **Mensários das Casas do Povo:**

CUNHA VIEITA, Manuel. *“As sedes das Casas do Povo”*. Mensário das Casas do Povo n9 (Mar. 1947) p.13-14.

LINO, Raul. *“Aspectos que falam”*. Mensário das Casas do Povo n6 (Dez. 1046) p.10-16.

LINO, Raul. *“Apontamentos sobre a planta para uma Casa do Povo V”*. Mensário das Casas do Povo n14 (Ago. 1947) p.11.

LINO, Raul. *“Que aspecto havemos de dar s Casas do Povo? II”*. Mensário das Casas do Povo n8 (Fev. 1947) p.10-11.

LINO, Raul. *“Que aspecto havemos de dar s Casas do Povo? III”*. Mensário das Casas do Povo n10 (Abr.1947) p.11-12.

LINO, Raul. *“Que aspecto havemos de dar s Casas do Povo? IV”*. Mensário das Casas do Povo n 12 (Jun. 1947) p.10-11.

LINO, Raul. *“Que aspecto havemos de dar s Casas do Povo? VI”*. Mensário das Casas do Povo n15 (Set. 1947) p.15-16.

LINO, Raul. *“Que aspecto havemos de dar s Casas do Povo? VII”*. Mensário das Casas do Povo n18 (Dez.1947) p.13-14.

M.C.V. (1948). *“Mobiliário das Casas do Povo: I O gabinete da direcção”*. Mensário das Casas do Povo n19 (Jan.1948) p.3-4.

M.C.V. *“Mobiliário das Casas do Povo: II O salão”*. Mensário das Casas do Povo n20 (Fev. 1948) p.3-4.

M.C.V. (1948). *“Mobiliário das Casas do Povo: III O gabinete de leitura”*. Mensário das Casas do Povo n23 (Mar. 1948) p.3-4.

M.C.V. *“Mobiliário das Casas do Povo: Recapitulando para concluir”*. Mensário das Casas do Povo nº24 (Jun.1948) p. 3.

M.C.V. *“Mobiliário das Casas do Povo: Resposta a uma pergunta”*. Mensário das Casas do Povo nº 22 (Abr.1948) p.3-4.

### **Legislação:**

Diário do Governo, I Série, Decreto-Lei nº 23:051, 23 de Setembro de 1933;

Diário do Governo, I Série, Decreto-Lei nº 28:859, 18 de Julho de 1938;

Diário da República, I Série – A, Decreto-lei nº 171/98, 25 de Junho de 1998;

### **Sites consultados:**

<https://www.cm-vminho.pt/index.php?oid=10405&op=all> [Consult. 20 out. 2018]

<https://correiodominho.pt/noticias/municipio-de-vieira-do-minho-da-espaco-a-seguranca-social/86094> [Consult. 13 out. 2018]

<http://www.smguimaraes.pt/index.php/conservatorio-de-guimaraes/apresentacao> [Consult. 13 out. 2018]

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/24558/15133> [Consult. 20 out. 2018]

<https://www.preceram.pt/termico.php> [Consult. 5 jan. 2019]

<https://www.knauf.pt/sistemas/paredes/estrutura-metalica-w11.html> [Consult. 5 jan. 2019]

<http://www.rockwool.pt/sobre-nos/beneficios-da-la-de-rocha> [Consult. 5 jan. 2019]





## ÍNDICE DE IMAGENS

### [Pag.20] Ilustração 1

Museu de Arte popular [Fonte: NIT, 2016] em < <https://nit.pt/wp-content/uploads/2017/10/6cec4bc8e675a3f5ee2bd0e0c3938d1d-754x394.jpg> > [Consult. 27 out. 2018].

Estádio Nacional [Fonte: Lusa, 2017] em <<https://rr.sapo.pt/noticia/84549/portas-do-jamor-abrem-as-14h45>>[Consult. 4 out. 2018].

Padrão dos Descobrimentos [Fonte: Luís Pavão, Arquivo Municipal de Lisboa] em <<http://www.padraodosdescobrimentos.pt/en/media/2012/>> [Consult. 13 out. 2018].

### [Pag.20] Ilustração 2

Pirâmide corporativa idealizada pela Estado Novo. [Fonte: <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/wp-content/uploads/2015/10/roteiro-org-corporativos-para-site.pdf>, p.15][Consult. 13 set. 2018]

### [Pag.24] Ilustração 3

A lição de Salazar. Ilustração que retrata a diferença da povoação com e sem a casa povo. [Fonte: Martins Barata,1938] em <<https://www.pinterest.pt/pin/788059634767245778/?lp=true>> [Consult. 13 set. 2018]

### [Pag.28] Ilustração 4

Distribuição de casas do povo no Distrito de Braga [Fonte: Fábio Gonçalves,2018] Informação recolhida em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/24558/15133>> [Consult. 13 set. 2018]

### [Pag.34] Ilustração 5

Projeto-tipo para a região sul do País [Fonte: Fábio Gonçalves,2018] Informação recolhida em Mensários das casas do Povo nº4 pag.14.

### [Pag.35] Ilustração 6

Projeto-tipo para a região norte do País [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018] Informação recolhida em Mensários das casas do Povo nº4 pag.14.

**[Pag.44]** Ilustração 7

Casa do Povo de Vieira do Minho [Fonte: Arquivo Fotosilva ,25 de Abril de 1974].

**[Pag.44]** Ilustração 8

Casa do Povo de Vieira do Minho [Fonte: Arquivo Fotosilva ,25 de Abril de 1974].

**[Pag.46]** Ilustração 9

Time-Line | Programas da Casa do Povo de Vieira do Minho ao longo do tempo [Fonte: Fábio Gonçalves].

**[Pag.49]** Ilustração 10

Compartimentação realizada em 2016 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.50]** Ilustração 11

Esquema da estrutura do edifício [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.51]** Ilustração 12

Esquema da estrutura da cobertura do edifício. [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.73]** Ilustração 13

Axonometria da proposta | Exterior. [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.74]** Ilustração 14

Axonometria da proposta | Piso 1. [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.77]** Ilustração 15

Render da proposta | Casa de espetáculos [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.78]** Ilustração 16

Axonometria da proposta | Piso 2. [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.80]** Ilustração 17

Axonometria da proposta | Percurso. [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.81]** Ilustração 18

Axonometria da proposta | Corte transversal [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].



**[Pag.86]** Ilustração 19

VE1| Levantamento e proposta| Corte| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.86]** Ilustração 20

VE1| Levantamento e proposta| Planta| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.87]** Ilustração 21

VE1| Levantamento e proposta| Alçados| Escala 1.50 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.88]** Ilustração 22

VE2| Levantamento e proposta| Corte| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.88]** Ilustração 23

VE2| Levantamento e proposta| Planta| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.89]** Ilustração 24

VE2| Levantamento e proposta| Alçados| Escala 1.50 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.90]** Ilustração 25

VE3| Levantamento e proposta| Corte| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.90]** Ilustração 26

VE3| Levantamento e proposta| Planta| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.91]** Ilustração 27

VE3| Levantamento e proposta| Alçados| Escala 1.50 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.92]** Ilustração 28

VE4|Proposta| Corte| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.92]** Ilustração 29

VE4|Proposta| Planta| Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.93]** Ilustração 30

VE4 | Proposta | Alçados | Escala 1.50 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.94]** Ilustração 31

VI1 | Proposta | Corte | Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.95]** Ilustração 32

VI1 | Proposta | Alçados | Escala 1.50 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

**[Pag.95]** Ilustração 33

VI1 | Proposta | Planta | Escala 1.10 [Fonte: Fábio Gonçalves, 2018].

